

Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão

Área de especialização | Finanças

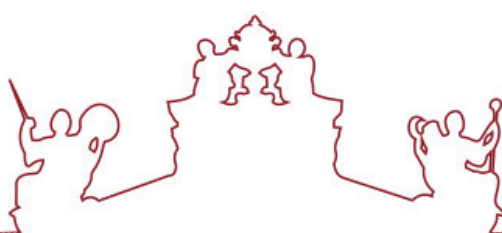
Dissertação

**Fatores que dificultam o acesso ao financiamento pelas
MPMEs em São Tomé e Príncipe**

Valter de Ceita Capela

Orientador(es) | Cesaltina Pacheco Pires

Évora 2026



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão

Área de especialização | Finanças

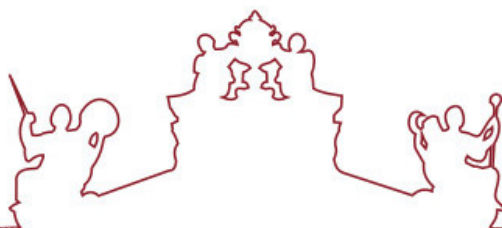
Dissertação

**Fatores que dificultam o acesso ao financiamento pelas
MPMEs em São Tomé e Príncipe**

Valter de Ceita Capela

Orientador(es) | Cesaltina Pacheco Pires

Évora 2026



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Sara Maria Pereira (Universidade de Évora)

Vogais | Cesaltina Pacheco Pires (Universidade de Évora) (Orientador)
Elisabete Gomes Santana Félix (Universidade de Évora) (Arguente)
Rui Quaresma (Universidade de Évora)

Dedicatória

Dedico esta dissertação à minha mãe, minha fonte inesgotável de amor, força e inspiração. Sua dedicação, sacrifícios e palavras de encorajamento foram fundamentais em cada etapa desta caminhada. Tudo o que sou e tudo o que conquistei devo, em grande parte, ao seu exemplo de perseverança e resiliência. Esta conquista também é sua.

Agradecimento

A realização desta dissertação representa não apenas um marco acadêmico, mas também o reflexo de uma jornada repleta de desafios, aprendizagem e superação.

A Deus, agradeço pela força e pela sabedoria concedidas ao longo deste percurso.

À minha orientadora, Cesaltina Pires, expresso a minha profunda gratidão pela paciência, orientação e dedicação essenciais para a construção deste trabalho. O seu apoio foi imprescindível para o desenvolvimento desta dissertação.

À minha mãe e à minha irmã, pelo amor incondicional, pelo suporte inabalável e por acreditarem em mim mesmo nos momentos de incerteza. A sua presença foi e será sempre a minha maior motivação.

Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pela companhia ao longo desta jornada, compartilhando experiências e desafios que tornaram esse caminho mais leve.

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a concretização deste trabalho, o meu sincero agradecimento. Cada palavra de apoio, cada gesto de incentivo e cada contribuição foram essenciais para chegar até aqui.

Resumo

A presente dissertação analisa os fatores que dificultam o acesso ao financiamento pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) em São Tomé e Príncipe, adotando uma abordagem metodológica mista. A investigação combina análise qualitativa, baseada em 17 entrevistas a gestores e representantes institucionais, com análise quantitativa de uma amostra de 103 empresas, recorrendo a estatística descritiva, testes bivariados e regressão logística. Os resultados evidenciam que apenas 21,4% das empresas obtiveram crédito formal, confirmando restrições significativas. Os resultados econométricos mostram que a formação e a literacia financeira dos gestores constituem os determinantes mais robustos do acesso ao crédito. A análise qualitativa destaca fatores institucionais, como a exigência de garantias reais e a ausência de mecanismos de partilha de risco. Conclui-se que as restrições ao financiamento resultam da interação entre imperfeições informacionais, limitações de capital humano e fragilidades institucionais.

Palavras-chave: MPMEs; Acesso ao crédito; Literacia financeira; Formação financeira; São Tomé e Príncipe.

Abstract

Title: Factors that hinder access to financing for MSMEs in São Tomé and Príncipe

This dissertation analyses the factors hindering access to finance for Micro, Small and Medium-sized Enterprises (MSMEs) in São Tomé and Príncipe, adopting a mixed-methods approach. The study combines qualitative analysis, based on 17 interviews with managers and institutional representatives, with quantitative analysis of a sample of 103 firms, using descriptive statistics, bivariate tests and logistic regression. The findings show that only 21.4% of firms obtained formal credit, confirming significant financing constraints. The econometric results indicate that managers' financial education and financial literacy are the strongest determinants of access to credit. The qualitative analysis highlights institutional factors, including stringent collateral requirements and the absence of risk-sharing mechanisms. The study concludes that financing constraints result from the interaction of information asymmetries, limited human capital and institutional weaknesses.

Keywords: MSMEs; Access to credit; Financial literacy; Financial training; São Tomé and Príncipe.

ÍNDICE

Dedicatória	I
Agradecimento	II
Resumo	III
Abstract.....	IV
Índice de Tabelas.....	IX
Listagem de Abreviaturas ou Siglas.....	X
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento do Tema e Justificação da Escolha	1
1.2. Formulação do Problema e Objetivos.....	3
1.3. Metodologia de Investigação.....	4
1.4. Estrutura do Trabalho.....	5
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	6
2.1. Barreiras ao Financiamento das MPMEs em Países em Desenvolvimento.....	7
2.1.1. Racionamento de Crédito e Exclusão Financeira	7
2.1.2. Exigência de Garantias Reais como Mecanismo Contratual de Seleção	8
2.1.3. Custo de Crédito e Restrição via Preço	10
2.1.4. Literacia Financeira, Competências de Gestão e Escolaridade	11

2.1.5.	Informalidade e Ausência de Registo Legal	13
2.1.6.	Burocracia, Regulação e Fragilidade Institucional.....	14
2.1.7.	Desigualdades de Género e Barreiras Socioculturais	16
2.1.8.	Falta de Produtos Financeiros Adequados.....	17
2.2.	Boas Práticas para Melhorar o Acesso ao Financiamento.....	19
2.2.1.	Tipologia de Produtos Financeiros	19
2.2.2.	Inclusão da Literacia Financeira nos Produtos Bancários	20
2.2.3.	Inovação Digital e <i>Fintechs</i> como Caminhos para a Inclusão Financeira	22
2.2.4.	Parcerias Público-Privadas para Garantia de Crédito.....	24
2.2.5.	Reformas Institucionais e Legislativas.....	25
3.	CONTEXTUALIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	28
3.1.	Caracterização Económica	28
3.2.	Ambiente Institucional e Regulação	29
3.3.	Barreiras ao Financiamento das MPMEs	30
3.4.	Políticas e Programas de Apoio	31
3.5.	Estrutura e peso das MPMEs em São Tomé e Príncipe	35
4.	METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	37
4.1.	Problema e Objetivos.....	37

4.2.	Amostra e Recolha de Dados	38
4.3.	Métodos.....	40
5.	ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS	43
5.1.	Introdução.....	43
5.2.	Análise Qualitativa das Entrevistas	44
5.2.1.	Bloco A – Perfil dos Participantes e das Entidades Representadas.....	45
5.2.2.	Bloco B – Obtenção de Crédito	46
5.2.3.	Bloco C – Atividade Não Formalizada e Literacia Financeira.....	47
5.2.4.	Bloco D – Estratégias Públicas e Propostas de Melhoria	48
5.2.5.	Síntese Final da Análise Qualitativa.....	48
5.3.	Análise Descritiva das Variáveis.....	49
5.3.1.	Acesso ao Crédito	51
5.3.2.	Características das Empresas	51
5.3.3.	Características, Comportamentos e Opinião dos Gestores	53
5.4.	Análise Bivariável	54
5.5.	Análise Multivariada: Regressão Logística	56
5.6.	Discussão dos Resultados.....	60
6.	CONCLUSÃO.....	63

6.1.	Limitações do Estudo	64
6.2.	Pesquisas Futuras	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		67
ANEXOS		77

ÍNDICE DE TABELAS

	Pág.
Tabela 3.1: Ambiente institucional e regulatório	29
Tabela 3.2: Barreiras ao financiamento	31
Tabela 3.3: Programas históricos e de empreendedorismo	33
Tabela 3.4: Programas complementares e multissetoriais	34
Tabela 3.5: Indicadores estruturais relevantes das MPMEs	36
Tabela 4.1: Estrutura e conteúdo do questionário sobre MPMEs e acesso a serviços financeiros	40
Tabela 5.1: Estatística descritiva das MPMEs incluídas na amostra	50
Tabela 5.2: Análise bivariada: resultados dos testes de diferença de médias e associação	55
Tabela 5.3: Definição e operacionalização das variáveis utilizadas no modelo <i>logit</i>	57
Tabela 5.4: Determinantes do acesso ao crédito – regressão logística (<i>logit</i>)	58

LISTAGEM DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

- AFI – Alliance for Financial Inclusion
- BAD - Banco Africano de Desenvolvimento
- BCSTP – Banco Central de São Tomé e Príncipe
- CGF – Credit Guarantee Fund
- COVID-19 – Coronavirus Disease 2019
- COMPRAN - Comercialização, Produtividade Agrícola e Nutrição
- DBR – Doing Business Report
- ENIF – Estratégia Nacional de Inclusão Financeira
- FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GEF - Fundo Global do Ambiente
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IMVF – Instituto Marquês de Vale Flôr
- MPFEA – Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
- MPMEs – Micro, Pequenas e Médias Empresas
- MSMEs – Micro, Small and Medium-sized Enterprises
- OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- PAE - Projeto de Apoio à Fileira Agrícola de Exportação
- PAPAC - Projeto de Apoio à Pequena Agricultura Comercial
- PGSs – Public Guarantee Schemes
- PNAPAF - Programa Nacional de apoio Participativo à Agricultura Familiar
- PNDS – Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- PPPs – Parcerias Público-Privadas
- PRIASA - Projeto de reabilitação e construção das infraestruturas de apoio à segurança alimentar
- UNDP - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento.
- SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
- SPSS – Statistical Package for the Social Sciences
- STP – São Tomé e Príncipe

Declaração sobre o uso de Inteligência Artificial Generativa

Durante a elaboração deste trabalho académico, foi utilizada uma ferramenta de IAG com o propósito de:

- ☒ Auxiliar na geração de ideias
- ☒ Reformulação de texto
- ☒ Correção gramatical
- ☒ Clarificação de conceitos

▪ Ferramenta utilizada

- ChatGPT

▪ Secções do trabalho

A ferramenta foi utilizada de forma pontual como apoio à reformulação textual, clarificação de conceitos e revisão linguística, não tendo sido utilizada para a produção autónoma de conteúdo científico, nem para a seleção de referências bibliográficas, nomeadamente na Introdução e na Revisão da Literatura.

Declaração final

- ☒ Toda a informação gerada pela IAG foi cuidadosamente revista, analisada e, quando necessário, editada para garantir a sua precisão, relevância e conformidade com os objetivos académicos.
- ☒ O uso da IAG foi limitado a funções auxiliares, não substituindo o meu esforço intelectual nem a investigação original realizada.
- ☒ Qualquer conteúdo incluído com base em sugestões da IAG foi validado com fontes adequadas e citado conforme exigido pelas normas académicas.

São Tomé e Príncipe, 24/03/2026

Assinatura


1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento do Tema e Justificação da Escolha

As Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) desempenham um papel determinante no desenvolvimento económico mundial, constituindo a base do tecido empresarial na maioria das economias. Estudos internacionais indicam que as MPMEs representam cerca de 90% das empresas formais a nível global e são responsáveis por mais de metade do emprego mundial (World Bank, 2017). Para além da sua contribuição para a geração de emprego e rendimento, estas empresas promovem a inovação, a diversificação produtiva e a dinamização dos mercados locais, assumindo particular relevância nos países em desenvolvimento, onde frequentemente assumem funções estruturantes na absorção de mão-de-obra e na redução da pobreza.

Em contextos insulares e de pequena dimensão, como São Tomé e Príncipe, o papel das MPMEs torna-se ainda mais estratégico. A economia santomense caracteriza-se por forte dependência do setor dos serviços — especialmente das atividades de comércio e turismo — e da ajuda externa, enfrentando limitações estruturais decorrentes da reduzida dimensão do mercado interno, da fraca diversificação produtiva e da vulnerabilidade a choques externos. Neste cenário, as MPMEs configuram-se como instrumentos essenciais para a promoção da inclusão económica, estímulo ao empreendedorismo local e fortalecimento da resiliência económica (*African Development Bank, 2023; United Nations Conference on Trade and Development, 2022*).

Não obstante a sua importância, as MPMEs enfrentam constrangimentos significativos ao seu crescimento e sustentabilidade, sendo o acesso ao financiamento formal amplamente reconhecido como um dos principais entraves. A literatura económica evidencia que restrições de crédito limitam a capacidade de investimento, inovação e expansão das pequenas empresas, afetando negativamente o seu desempenho e competitividade (Beck & Cull, 2014). Fatores como exigência de garantias reais elevadas, fraca literacia financeira, informalidade empresarial, assimetrias de informação e fragilidades institucionais contribuem para a exclusão financeira de muitos empreendedores (*International Finance Corporation, 2019; International Monetary Fund, 2021*).

Apesar da relevância do tema, persiste uma lacuna significativa no contexto santomense. Até ao momento, não se identificam estudos empíricos que combinem análise econométrica e evidência qualitativa para examinar os determinantes microeconómicos do acesso ao crédito pelas MPMEs em São Tomé e Príncipe. A maioria das análises disponíveis centra-se em relatórios institucionais ou abordagens descritivas, não explorando de forma sistemática a interação entre características empresariais, fatores comportamentais e contexto institucional. Esta ausência de evidência científica integrada limita a formulação de políticas públicas baseadas em dados empíricos robustos e reduz a compreensão aprofundada das barreiras efetivamente enfrentadas pelos empreendedores.

A escolha do tema decorre, assim, não apenas do interesse pessoal pela área do financiamento empresarial e do desenvolvimento económico, mas sobretudo da sua pertinência científica e prática. A relevância do presente estudo manifesta-se em três dimensões principais:

- **Académica:** contribui para o aprofundamento do conhecimento científico sobre financiamento de micro e pequenas empresas em economias insulares de baixo rendimento, colmatando uma lacuna empírica no caso santomense;
- **Empresarial:** fornece evidências concretas sobre os fatores que influenciam a probabilidade de acesso ao crédito, apoiando empresários na melhoria da sua preparação financeira;
- **Social e institucional:** oferece recomendações técnicas para a formulação e ajustamento de políticas públicas orientadas para a inclusão financeira e o desenvolvimento sustentável (*United Nations Development Programme, 2022*).

Deste modo, o estudo justifica-se pela sua relevância estratégica para o desenvolvimento económico nacional e pela necessidade de produzir conhecimento científico aplicado ao contexto específico de São Tomé e Príncipe.

Embora o enquadramento teórico do estudo aborde o financiamento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) de forma abrangente, a análise empírica incide predominantemente sobre micro e pequenas empresas. Tal situação reflete a própria estrutura do tecido empresarial de São Tomé e Príncipe, onde estas categorias representam a maioria das unidades económicas ativas. Assim, os resultados empíricos obtidos devem ser

interpretados principalmente à luz da realidade das micro e pequenas empresas no contexto santomense.

1.2. Formulação do Problema e Objetivos

Apesar da relevância das MPMEs para a economia de São Tomé e Príncipe, observa-se que uma proporção significativa destas empresas enfrenta dificuldades no acesso ao financiamento formal, limitando o seu crescimento, capacidade de investimento e competitividade. A persistência de constrangimentos financeiros sugere a existência de fatores estruturais, institucionais e comportamentais que condicionam a relação entre empreendedores e instituições financeiras.

Neste contexto, o problema central que orienta a presente investigação pode ser formulado da seguinte forma: **Quais são os principais fatores que condicionam o acesso ao financiamento pelas MPEs em São Tomé e Príncipe e de que forma o contexto institucional e financeiro influencia esse processo?**

Adicionalmente, a investigação procura responder às seguintes questões:

1. Que determinantes microeconómicos — como dimensão empresarial, formalização, garantias e literacia financeira — afetam a probabilidade de obtenção de crédito formal?
2. De que forma o ambiente institucional e a estrutura do sistema financeiro moldam as oportunidades e restrições enfrentadas pelas MPMEs?
3. Que instrumentos ou políticas podem ser ajustados para promover maior inclusão financeira no contexto nacional?

Deste modo, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar, de forma integrada, os fatores que dificultam o acesso ao financiamento pelas MPMEs em São Tomé e Príncipe, considerando simultaneamente os determinantes microeconómicos e o enquadramento institucional e socioeconómico do país.

Para alcançar esse objetivo, definem-se os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar e caracterizar os principais obstáculos estruturais, administrativos e comportamentais ao financiamento das MPMEs santomenses;
2. Estimar empiricamente o impacto de características empresariais e do perfil do gestor — como dimensão da empresa, nível de formalização e literacia financeira — na probabilidade de obtenção de crédito formal;
3. Analisar a influência do contexto institucional e da estrutura do sistema financeiro na inclusão financeira das pequenas empresas;
4. Avaliar a eficácia e a abrangência das políticas públicas e instrumentos de apoio existentes;
5. Propor recomendações e estratégias suscetíveis de reforçar o acesso ao financiamento no contexto nacional.

1.3. Metodologia de Investigação

Dada a natureza multidimensional do fenómeno em estudo, adotou-se uma abordagem metodológica mista, combinando métodos quantitativos e qualitativos. A utilização de métodos mistos justifica-se pelo facto de o acesso ao financiamento envolver simultaneamente variáveis quantitativas observáveis — como dimensão da empresa, grau de formalização e nível de literacia financeira — e dimensões institucionais e comportamentais que não são plenamente captáveis apenas por análise estatística.

No plano qualitativo, foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas com empresários, representantes de instituições financeiras e técnicos governamentais, permitindo captar perceções, experiências e constrangimentos institucionais associados ao processo de concessão de crédito.

No plano quantitativo, foi aplicado um inquérito por questionário a 103 MPMEs de diferentes setores de atividade e distritos do país. Os dados recolhidos foram analisados através de estatísticas descritivas, testes de associação e modelação econométrica, nomeadamente através do modelo *Logit*, com o objetivo de estimar a probabilidade de obtenção de crédito formal em função de um conjunto de variáveis explicativas.

A combinação destas técnicas permitiu a triangulação de dados, reforçando a validade interna da investigação e proporcionando uma compreensão integrada e empiricamente fundamentada dos determinantes do acesso ao financiamento pelas MPMEs santomenses.

1.4. Estrutura do Trabalho

A presente dissertação encontra-se organizada em seis capítulos, estruturados de forma a assegurar uma progressão lógica entre o enquadramento teórico, a abordagem metodológica e a análise empírica. O primeiro capítulo apresenta a introdução ao tema, incluindo o enquadramento do problema de investigação, os objetivos do estudo, a metodologia adotada e a organização geral do trabalho. O segundo capítulo corresponde à revisão da literatura, na qual são analisados os principais contributos teóricos e empíricos relacionados com as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), o financiamento empresarial e a inclusão financeira.

No terceiro capítulo procede-se à contextualização de São Tomé e Príncipe, com destaque para o enquadramento económico, financeiro e institucional do país, bem como para os principais desafios estruturais enfrentados pelas MPMEs. O quarto capítulo apresenta a metodologia de investigação, descrevendo os procedimentos metodológicos adotados para a recolha e análise dos dados. O quinto capítulo dedica-se à apresentação e discussão dos resultados obtidos, integrando as análises realizadas nas componentes qualitativa e quantitativa do estudo. Por fim, o sexto capítulo apresenta as conclusões da investigação, bem como as principais limitações do estudo e sugestões para futuras linhas de investigação.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A literatura económica e financeira tem atribuído crescente atenção ao papel das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) no desenvolvimento económico, particularmente nos países em desenvolvimento. Estas empresas desempenham um papel fundamental na criação de emprego, na promoção do empreendedorismo e na dinamização das economias locais. Em muitas economias, as MPMEs representam a maioria do tecido empresarial e constituem um motor importante de inovação e crescimento económico.

Apesar da sua relevância económica e social, as MPMEs enfrentam diversos constrangimentos estruturais que limitam o seu crescimento e a sua capacidade de competir de forma sustentável. Entre estes desafios, o acesso ao financiamento é frequentemente identificado como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento deste segmento empresarial.

Diversos estudos indicam que as MPMEs enfrentam maiores dificuldades no acesso a recursos financeiros quando comparadas com empresas de maior dimensão. Estas limitações resultam de um conjunto de factores, incluindo assimetrias de informação entre credores e mutuários, exigências elevadas de garantias, custos de crédito relativamente elevados, fragilidades institucionais e limitações na oferta de produtos financeiros adaptados às necessidades específicas destas empresas. Em economias em desenvolvimento, estas dificuldades tendem a ser ainda mais acentuadas devido à menor profundidade dos sistemas financeiros, à complexidade dos ambientes regulatórios e aos níveis reduzidos de literacia financeira.

Neste contexto, a presente revisão bibliográfica tem como objectivo analisar os principais contributos teóricos e empíricos relacionados com as barreiras ao financiamento das MPMEs, bem como identificar boas práticas internacionais destinadas a melhorar o acesso destas empresas aos serviços financeiros.

Para tal, o capítulo encontra-se estruturado em duas partes principais. A primeira secção analisa as principais barreiras enfrentadas pelas MPMEs no acesso ao financiamento, incluindo o racionamento de crédito, a exigência de garantias reais, o elevado custo do crédito, limitações associadas à literacia financeira e às competências de gestão, a

informalidade empresarial, fragilidades institucionais e desigualdades socioculturais. A segunda secção apresenta um conjunto de boas práticas identificadas na literatura internacional que visam mitigar estas limitações, destacando a diversificação de produtos financeiros, a integração da literacia financeira nos serviços bancários, o papel da inovação digital e das fintechs, as parcerias público-privadas para garantias de crédito e a importância de reformas institucionais e regulatórias.

A análise destas dimensões permite estabelecer um enquadramento teórico e analítico fundamental para compreender os desafios associados ao financiamento das MPMEs e identificar estratégias potencialmente aplicáveis a contextos específicos, como o de São Tomé e Príncipe.

2.1. Barreiras ao Financiamento das MPMEs em Países em Desenvolvimento

2.1.1. Racionamento de Crédito e Exclusão Financeira

O racionamento de crédito constitui uma das barreiras mais relevantes enfrentadas pelas micro, pequenas e médias empresas nos países em desenvolvimento, refletindo limitações estruturais nos sistemas financeiros e nas instituições que regulam o acesso ao financiamento. Arraiz e Melendez (2013) salientam que, apesar do interesse crescente das instituições bancárias em servir este segmento empresarial, persistem obstáculos relacionados com a instabilidade macroeconómica e com a complexidade do ambiente regulatório.

O conceito de racionamento de crédito, desenvolvido por Stiglitz e Weiss (1981), baseia-se na existência de assimetria de informação nos mercados de crédito. Nessas circunstâncias, as taxas de juro não equilibram necessariamente o mercado de empréstimos, uma vez que o aumento do custo do financiamento pode intensificar problemas de seleção adversa e de risco moral. Como consequência, as instituições financeiras podem restringir a oferta de crédito, excluindo empresas potencialmente solventes mesmo quando existem recursos disponíveis.

A evidência empírica demonstra que as MPMEs são particularmente vulneráveis a estas restrições. Beck *et al.* (2005) mostram que limitações financeiras, fragilidades institucionais e práticas de corrupção afetam de forma mais intensa as empresas de menor dimensão. De la Torre *et al.* (2008) acrescentam que estas empresas recorrem em menor proporção ao financiamento externo, comprometendo os seus níveis de investimento e expansão, fenómeno também identificado por Gómez-Ramírez (2019).

A dependência das MPMEs do financiamento bancário é agravada pela assimetria de informação que caracteriza as relações de crédito. Berger e Udell (1995) destacam que a informação privada acumulada nas relações bancárias influencia significativamente as condições contratuais dos empréstimos. Em contextos de instabilidade financeira, crises bancárias podem desencadear períodos de *credit crunch*, reduzindo ainda mais o acesso ao financiamento.

A dimensão global deste problema é expressiva. Segundo a *International Finance Corporation* (2013), o défice de financiamento das MPMEs nos países em desenvolvimento situa-se entre 2,1 e 2,6 biliões de dólares, afectando mais de 200 milhões de empresas. Em sistemas financeiros frágeis e juridicamente limitados, estas restrições tornam-se particularmente severas. Bruhn e Zia (2011) sublinham ainda que a falta de capital e de infra-estruturas económicas constitui um factor determinante na limitação do crescimento empresarial.

Neste contexto, o racionamento de crédito e a exclusão financeira configuram-se como barreiras estruturais ao desenvolvimento das MPMEs, articulando-se com outras limitações frequentemente observadas, como exigências elevadas de garantias, custos de financiamento elevados e inadequação dos produtos financeiros disponíveis.

2.1.2. Exigência de Garantias Reais como Mecanismo Contratual de Seleção

A exigência de garantias reais constitui outra barreira relevante ao acesso ao financiamento pelas MPMEs, particularmente nos países em desenvolvimento. Arraiz e Melendez (2013) explicam que as instituições financeiras utilizam colaterais como mecanismo de mitigação do risco moral, exigindo que os mutuários ofereçam activos específicos como

garantia do empréstimo. Este mecanismo funciona igualmente como instrumento de seleção, favorecendo mutuários considerados de menor risco.

Contudo, muitos empreendedores não dispõem de activos suficientes para oferecer como colateral, o que restringe significativamente o seu acesso ao crédito (Bester, 1985, citado por Arraiz & Melendez, 2013).

Outros factores institucionais agravam esta limitação, incluindo procedimentos ineficientes de liquidação de activos, restrições quanto ao tipo de bens aceites como garantia, fragilidades nos sistemas de registo de propriedade e incerteza jurídica relativamente aos direitos de propriedade. Dados do *World Bank Enterprise Survey* indicam que apenas 2,9% das grandes empresas deixam de solicitar crédito devido a exigências de garantias, enquanto essa proporção atinge 14,1% nas médias empresas e cerca de 83% nas pequenas empresas (Arraiz & Melendez, 2013).

Do ponto de vista teórico, Stiglitz e Weiss (1981) demonstram que o aumento das exigências de colateral pode influenciar tanto o comportamento dos mutuários como a composição da carteira de empréstimos, incentivando alguns tomadores a assumir projectos mais arriscados.

Beck *et al.* (2005) acrescentam que a dependência de colateral e o acesso limitado a instrumentos financeiros alternativos, como o leasing, restringem as oportunidades de crescimento das empresas de menor dimensão.

A avaliação da solvabilidade das PME permanece particularmente desafiante em contextos onde os activos disponíveis para garantia são escassos ou difíceis de valorizar. A ausência de sistemas contabilísticos estruturados e de mecanismos de controlo interno contribui para aumentar a percepção de risco por parte das instituições financeiras (Benjamin & Mbaye, 2020; La Porta & Shleifer, 2014; Ogubazghi & Muturi, 2014).

Por outro lado, relações bancárias de longo prazo podem reduzir a dependência de colateral. Berger e Udell (1995), com base em Boot e Thakor (1994), demonstram que a acumulação de informação sobre o mutuário permite aos bancos reduzir o risco percebido e oferecer condições de crédito mais favoráveis.

Reformas institucionais também têm procurado ampliar o acesso ao crédito através da criação de registos de garantias móveis. Entre 2018 e 2019, países como Djibouti, Jordânia, Quênia e Tajiquistão implementaram sistemas digitalizados de registo de colaterais, facilitando a utilização de activos móveis como garantia (*World Bank*, 2020).

2.1.3. Custo de Crédito e Restrição via Preço

O elevado custo do crédito constitui outra limitação significativa ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em países em desenvolvimento. Embora as instituições financeiras recorram a diferentes mecanismos de mitigação de risco — como empréstimos de curto prazo, triagem rigorosa de mutuários e exigência de garantias — estas empresas continuam a enfrentar custos relativamente elevados associados à avaliação, monitorização e gestão do risco de crédito (Arraiz & Melendez, 2013).

A teoria do racionamento de crédito desenvolvida por Stiglitz e Weiss (1981) demonstra que aumentos nas taxas de juro podem alterar o comportamento dos mutuários, incentivando a seleção de projetos mais arriscados e elevando o risco médio da carteira de empréstimos. Como resultado, os bancos podem optar por restringir a oferta de crédito em vez de simplesmente aumentar as taxas de juro, o que limita o acesso das MPMEs ao financiamento.

Fatores macroeconómicos também influenciam significativamente o custo do crédito. Beck *et al.* (2005) demonstram que contextos caracterizados por escassez de liquidez, instabilidade económica e taxas de juro elevadas reduzem a disponibilidade de financiamento para empresas de menor dimensão.

Adicionalmente, o custo do crédito não se limita ao preço monetário do empréstimo. Elementos informacionais e institucionais desempenham igualmente um papel relevante. De la Torre *et al.* (2008) argumentam que os elevados custos de obtenção de informação qualitativa sobre as MPMEs tornam o *relationship lending* menos atrativo para os bancos, aumentando a perceção de risco e conduzindo à imposição de condições de crédito mais restritivas.

Em economias em desenvolvimento, as MPMEs enfrentam frequentemente taxas de juro e comissões superiores às aplicadas a grandes empresas, refletindo o maior risco percebido pelas instituições financeiras (*International Finance Corporation*, 2013). Estratégias de renegociação de empréstimos, como a redução das taxas de juro ou a extensão dos prazos de pagamento, podem contribuir para melhorar a sustentabilidade da dívida empresarial (Bruhn & Zia, 2011).

Outros fatores estruturais também amplificam o impacto do custo do crédito. Baixa literacia financeira, escassez de garantias e condições adversas de mercado tendem a agravar a vulnerabilidade das MPMEs a taxas de juro elevadas (Chowdhury & Alam, 2017; Ogubazghi & Muturi, 2014; Xu & Zia, 2012). Adicionalmente, custos elevados de fatores produtivos e regimes fiscais onerosos podem reduzir a competitividade empresarial (Benjamin & Mbaye, 2020).

Neste contexto, políticas que promovam maior transparência financeira, reforcem a concorrência no sistema bancário e facilitem a mobilidade entre instituições financeiras podem contribuir para reduzir os custos de crédito enfrentados pelas MPMEs (Beck & Demirgüç-Kunt, 2006). A diversificação das fontes de financiamento, incluindo instrumentos de dívida em mercados de capitais, também pode ampliar as oportunidades de financiamento e reduzir a dependência exclusiva do crédito bancário (OECD, 2015).

Assim, as taxas de juro elevadas e os custos associados ao crédito constituem uma barreira significativa ao financiamento das MPMEs, refletindo uma combinação de fatores monetários, informacionais e institucionais que condicionam o funcionamento dos mercados de crédito.

2.1.4. Literacia Financeira, Competências de Gestão e Escolaridade

A literacia financeira, associada às competências de gestão e ao nível de escolaridade dos gestores, constitui um fator determinante para o desempenho e a sustentabilidade das empresas, particularmente no contexto das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Evidências empíricas indicam que o sucesso empresarial está fortemente relacionado com o nível de educação da gestão de topo, o grau de literacia financeira e a capacidade de adaptação a um ambiente económico cada vez mais digitalizado e complexo (Ichim & Vid,

2025). Gestores com formação académica mais elevada tendem a demonstrar maior capacidade de interpretação da informação financeira, melhor compreensão das oportunidades de financiamento e maior aptidão para a tomada de decisões estratégicas fundamentadas.

A literacia financeira, entendida como o conhecimento e a capacidade de aplicar conceitos financeiros e contabilísticos fundamentais na gestão empresarial, desempenha um papel central na eficiência da tomada de decisão (Graña *et al.*, 2024). Esta competência abrange domínios como a gestão de fluxos de caixa, o planeamento financeiro, a elaboração de orçamentos, o controlo de contas a pagar e a gestão do endividamento. Tais capacidades permitem aos gestores avaliar adequadamente os riscos e benefícios associados a diferentes alternativas de financiamento. Empreendedores com maior literacia financeira demonstram, assim, maior capacidade para interpretar informação contabilística, analisar cenários de risco e utilizar instrumentos de controlo de gestão, contribuindo para decisões mais informadas e para uma utilização mais eficiente dos recursos empresariais.

Paralelamente, a literacia financeira contribui para reduzir as assimetrias de informação entre empresas e instituições financeiras, facilitando o acesso ao crédito formal e melhorando as condições de financiamento (Basha *et al.*, 2023; García-Pérez-de-Lema *et al.*, 2021). Gestores com maior conhecimento financeiro compreendem melhor os produtos e serviços financeiros disponíveis, conseguem negociar com maior eficácia junto das instituições credoras e apresentam informação financeira de maior qualidade, fatores que reforçam a confiança das instituições financeiras e aumentam a probabilidade de obtenção de recursos externos. Consequentemente, empresas com níveis mais elevados de literacia financeira tendem a apresentar maior crescimento das receitas, margens de lucro superiores e melhor desempenho financeiro global (Ichim & Vid, 2025).

Adicionalmente, a educação formal dos gestores reforça a capacidade de inovação e de adoção de novas tecnologias, ampliando a aptidão das empresas para interpretar informação económica e responder às mudanças do mercado (García-Pérez-de-Lema *et al.*, 2021). Neste contexto, a interação entre escolaridade, literacia financeira e competências de gestão produz efeitos complementares e cumulativos sobre o desempenho empresarial (Ichim & Vid, 2025). Assim, o investimento no desenvolvimento destas competências não constitui apenas

uma medida formativa, mas um elemento estratégico essencial para reforçar a competitividade e assegurar a viabilidade de longo prazo das empresas.

2.1.5. Informalidade e Ausência de Registo Legal

A informalidade empresarial constitui uma característica predominante em muitas economias em desenvolvimento e representa um fator estrutural relevante na análise das limitações enfrentadas pelas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). De modo geral, as empresas informais são definidas como unidades económicas que operam fora dos quadros legais e regulatórios formais, não estando registadas junto das autoridades governamentais, não cumprindo plenamente obrigações fiscais e, frequentemente, contornando regulamentações laborais e de segurança (Osei-Tutu *et al.*, 2026). Em diversos países de baixo rendimento, estima-se que o setor informal represente entre 30% e 40% da atividade económica, evidenciando a magnitude deste fenómeno (Osei-Tutu *et al.*, 2026)

A prevalência da informalidade está frequentemente associada à fragilidade institucional, à ineficiência administrativa e à complexidade dos processos de registo empresarial. A literatura destaca que a ausência de infraestruturas de informação adequadas, procedimentos burocráticos morosos e a limitada existência de incentivos fiscais constituem fatores que desincentivam a formalização das empresas (Distinguin *et al.*, 2016). Acresce que os custos iniciais associados ao registo e ao cumprimento das regulamentações podem representar uma parcela significativa do investimento inicial, levando muitos empreendedores a optarem pela informalidade como estratégia de redução de custos e de mitigação de riscos em contextos económicos incertos (Distinguin *et al.*, 2016).

Apesar de, em determinados contextos, a informalidade representar uma estratégia de sobrevivência empresarial, esta condição impõe diversas limitações estruturais. Empresas não registadas enfrentam maiores dificuldades no acesso ao financiamento formal, uma vez que as instituições financeiras exigem, em geral, documentação contabilística, registo legal e mecanismos de controlo que muitas empresas informais não possuem (La Porta & Shleifer, 2014). Como consequência, estas empresas dependem predominantemente de fontes informais de financiamento, como poupanças próprias ou redes pessoais, o que restringe a sua capacidade de investimento, expansão e modernização.

Além disso, a presença de empresas informais no mercado pode gerar distorções competitivas que afetam negativamente as empresas formalmente registradas. Ao evitarem o pagamento de impostos e o cumprimento de regulamentações, empresas informais conseguem frequentemente praticar preços mais baixos, criando uma vantagem competitiva desleal e reduzindo a quota de mercado das empresas formais (Osei-Tutu *et al.*, 2026). Esta concorrência assimétrica pode desencorajar empresas registradas de expandirem as suas atividades ou de recorrerem ao crédito para investimento, dado o aumento da incerteza e da instabilidade no ambiente competitivo.

Por outro lado, a formalização empresarial proporciona benefícios relevantes, incluindo maior proteção legal, possibilidade de celebração de contratos formais e melhor acesso aos mercados financeiros e institucionais (De Giorgi & Rahman, 2013). Contudo, quando os custos indiretos associados à formalização — como maior fiscalização, encargos administrativos e aumento da carga fiscal — superam os benefícios percebidos, muitos empreendedores optam por permanecer na informalidade (De Giorgi & Rahman, 2013). Neste sentido, a redução da informalidade requer políticas públicas orientadas para a simplificação dos processos de registo empresarial, o fortalecimento institucional e a criação de incentivos claros para a integração das empresas na economia formal.

2.1.6. Burocracia, Regulação e Fragilidade Institucional

A burocracia excessiva, a rigidez regulatória e a fragilidade institucional constituem fatores estruturais que condicionam significativamente o ambiente de negócios, sobretudo nas economias em desenvolvimento. A literatura na área de direito e finanças demonstra que o desenvolvimento dos mercados financeiros depende, em larga medida, da qualidade das instituições legais, da proteção efetiva dos direitos de propriedade e da capacidade dos sistemas jurídicos de garantir o cumprimento de contratos (Ayyagari *et al.*, 2012). Em contextos onde estas instituições são frágeis, empresas e investidores enfrentam níveis elevados de incerteza, o que limita o acesso ao financiamento e reduz os incentivos ao investimento.

Um dos principais desafios associados à fragilidade institucional prende-se com a insuficiência de infraestruturas de informação financeira. Padrões contabilísticos pouco desenvolvidos, ausência de sistemas eficazes de partilha de informação e cobertura limitada

de registos de crédito dificultam a avaliação do risco por parte das instituições financeiras, tornando o financiamento empresarial mais restritivo (Ayyagari *et al.*, 2012). Consequentemente, muitas empresas — particularmente as PME — enfrentam exigências elevadas de garantias, processos documentais complexos e condições de crédito menos favoráveis. Estes constrangimentos são frequentemente agravados por práticas de governação ineficientes, corrupção e favorecimento de empresas com ligações políticas, fatores que distorcem o funcionamento dos mercados financeiros e comprometem a eficiência na alocação de recursos.

Adicionalmente, ambientes regulatórios excessivamente burocráticos tendem a aumentar os custos de transação e a dificultar a criação e expansão de empresas. Evidências empíricas demonstram que regulamentações rígidas e barreiras administrativas à entrada reduzem o dinamismo empresarial, resultando em menores níveis de criação de empresas e num crescimento mais lento das organizações existentes (Ayyagari *et al.*, 2006). Processos administrativos morosos, requisitos documentais extensos e procedimentos complexos para acesso a programas governamentais ou instrumentos de apoio empresarial podem igualmente limitar a capacidade operacional das MPME, desviando recursos que poderiam ser direcionados para atividades produtivas (Onjewu *et al.*, 2023).

Outro aspeto relevante refere-se ao impacto da corrupção e da ineficiência administrativa no desempenho empresarial. A literatura sugere que a corrupção pode ser, em determinados contextos, mais prejudicial do que a própria tributação, uma vez que gera custos ocultos e níveis elevados de incerteza associados ao pagamento de subornos e à imprevisibilidade das decisões administrativas (Ayyagari *et al.*, 2006). Este fenómeno compromete a transparência institucional, reduz a confiança dos agentes económicos e cria obstáculos adicionais ao crescimento empresarial.

Deste modo, a qualidade das instituições e a eficiência do enquadramento regulatório assumem um papel central no desenvolvimento empresarial. Sistemas jurídicos eficazes, regulamentações claras e processos administrativos simplificados contribuem para reduzir os custos de transação, melhorar o acesso ao financiamento e reforçar a confiança dos investidores. Assim, o fortalecimento da governação institucional e a redução da burocracia constituem elementos fundamentais para promover um ambiente de negócios mais favorável ao crescimento das MPMEs e ao desenvolvimento económico sustentável.

2.1.7. Desigualdades de Género e Barreiras Socioculturais

As desigualdades de género e as barreiras socioculturais constituem fatores estruturais que condicionam o acesso ao financiamento por parte das empresas lideradas por mulheres. A literatura demonstra que, embora operem sob os mesmos enquadramentos institucionais e regulatórios que os seus homólogos masculinos, as empreendedoras enfrentam obstáculos adicionais associados a normas sociais, discriminação de género e limitações institucionais que restringem a sua participação plena nos mercados financeiros (Wellalage & Locke, 2017).

Um dos aspetos mais discutidos refere-se à discriminação no mercado de crédito. Evidências empíricas indicam que empresas geridas por mulheres apresentam menor probabilidade de obter financiamento e, quando os pedidos são aprovados, enfrentam condições menos favoráveis. Muravyev *et al.* (2007) demonstram que empresas lideradas por mulheres têm cerca de 5,4% menos probabilidade de obter um empréstimo em comparação com empresas geridas por homens e, quando conseguem financiamento, enfrentam taxas de juro aproximadamente 0,6% superiores. Estes resultados sugerem a existência de práticas discriminatórias no sistema financeiro, fenómeno particularmente visível em países com sistemas financeiros menos desenvolvidos.

Do ponto de vista institucional, diversas restrições legais e estruturais contribuem para ampliar estas desigualdades. Em alguns contextos, as mulheres enfrentam limitações no acesso a direitos de propriedade ou dependem da aprovação do cônjuge para realizar determinadas transações financeiras, o que reduz a sua autonomia económica e dificulta o acesso ao crédito formal (Aterido *et al.*, 2013). Adicionalmente, práticas discriminatórias associadas à herança e à propriedade da terra reduzem a capacidade das mulheres de apresentar garantias, um requisito frequentemente exigido pelas instituições financeiras (Wellalage & Locke, 2017). Esta limitação torna-se ainda mais significativa em economias onde os direitos de propriedade são frágeis e a execução de contratos é limitada, circunstância que já dificulta o acesso ao financiamento por parte das MPME em geral (Bouri *et al.*, 2011).

Para além das barreiras institucionais, fatores socioculturais também desempenham um papel relevante. Normas sociais de natureza patriarcal e perceções culturais enraizadas podem influenciar negativamente a avaliação de risco por parte das instituições financeiras,

levando analistas de crédito a considerar empresas lideradas por mulheres como menos credíveis ou mais arriscadas (Wellalage & Thrikawala, 2021). Esta discriminação pode manifestar-se tanto sob a forma de discriminação baseada em preferências, decorrente de preconceitos individuais, como de discriminação estatística, resultante da utilização de estereótipos de grupo quando a informação disponível sobre o mutuário é limitada (Wellalage & Thrikawala, 2021).

Adicionalmente, alguns estudos indicam que as próprias empreendedoras tendem a solicitar menos crédito formal, frequentemente devido à expectativa de rejeição ou à percepção de menor probabilidade de aprovação dos seus pedidos (Zhang *et al.*, 2022). Este fenómeno reduz a procura de financiamento e reforça a dependência de fontes internas ou informais de capital, situação comum em muitas economias em desenvolvimento (Aterido *et al.*, 2013).

Em síntese, as desigualdades de género no acesso ao financiamento resultam de uma interação complexa entre fatores institucionais, culturais e comportamentais. A redução destas disparidades exige não apenas melhorias no funcionamento dos sistemas financeiros, mas também políticas públicas orientadas para a promoção da igualdade de género, o reforço dos direitos de propriedade e a eliminação de práticas discriminatórias no acesso aos serviços financeiros.

2.1.8. Falta de Produtos Financeiros Adequados

A inadequação dos produtos financeiros disponíveis constitui um obstáculo significativo ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), sobretudo em economias em desenvolvimento. Em muitos sistemas financeiros, os instrumentos de crédito são concebidos com base nas características e necessidades de empresas de maior dimensão, apresentando estruturas contratuais, prazos e requisitos de acesso pouco compatíveis com a realidade operacional das MPMEs.

A estrutura tradicional do sistema bancário contribui para esta lacuna. Em muitos países em desenvolvimento, os bancos apresentam menor exposição ao financiamento das MPMEs e cobram taxas de juro e comissões mais elevadas em comparação com grandes empresas (International Finance Corporation, 2013). Esta situação é reforçada pelas assimetrias de

informação: muitas MPMEs possuem histórico financeiro limitado, contabilidade deficiente e demonstrações financeiras pouco padronizadas, elevando a percepção de risco pelas instituições financeiras e levando à adoção de políticas de crédito restritivas (Sanga & Aziakpono, 2023).

Outro constrangimento decorre da exigência de garantias. Muitos bancos requerem colaterais superiores ao valor do empréstimo solicitado, limitando significativamente o acesso de MPMEs, especialmente jovens ou do setor de serviços, que carecem de ativos tangíveis suficientes (Bouri *et al.*, 2011; Motta & Sharma, 2020). Além disso, o desenho dos produtos financeiros frequentemente não se ajusta às necessidades operacionais destas empresas, como ciclos de produção, fluxos de caixa específicos ou exigências de financiamento em moedas particulares. Limitações regulatórias e técnicas dificultam a criação de instrumentos adaptados a estas necessidades, perpetuando a inadequação do mercado (Bouri *et al.*, 2011).

A limitada diversificação de fontes de financiamento agrava a situação. Em muitos contextos, o crédito bancário continua a ser a principal fonte externa, enquanto alternativas como mercados de capitais, emissão de obrigações ou securitização permanecem pouco acessíveis às MPMEs, devido a elevados custos de emissão e capacidade técnica insuficiente para atender requisitos de transparência e reporte (Nassr & Wehinger, 2015). Esta dependência do financiamento interno ou de fontes informais restringe a capacidade de investimento, inovação e expansão, comprometendo o contributo das MPMEs para a criação de emprego e desenvolvimento económico (Kanga *et al.*, 2024).

Em resposta, o desenvolvimento de produtos financeiros adequados às características das MPMEs, aliado ao fortalecimento das infraestruturas de crédito e a mecanismos de avaliação de risco eficientes, constitui uma prioridade estratégica para melhorar o acesso ao financiamento formal e promover crescimento sustentável. A diversificação e a inovação em produtos financeiros não só ampliam a inclusão económica, como também reduzem a vulnerabilidade das MPMEs às limitações institucionais, de informação e de garantias, integrando-se com outras dimensões de reforma abordadas nas secções anteriores.

2.2. Boas Práticas para Melhorar o Acesso ao Financiamento

2.2.1. Tipologia de Produtos Financeiros

A tipologia de produtos financeiros disponíveis no sistema financeiro desempenha um papel determinante na promoção da inclusão financeira e no acesso ao financiamento por parte das MPMEs. Tradicionalmente, os produtos financeiros têm sido fornecidos principalmente por instituições bancárias, incluindo serviços de pagamento, depósitos, crédito e instrumentos de investimento. Contudo, a evolução tecnológica e as mudanças nos modelos de negócio do sector financeiro têm conduzido ao desenvolvimento de novos produtos e canais de prestação de serviços, ampliando o acesso a soluções financeiras para diferentes segmentos da população e do tecido empresarial (Sanga & Aziakpono, 2023).

Entre os produtos financeiros mais comuns destacam-se os serviços de pagamento e transferência de fundos, que constituem um elemento fundamental da atividade económica. A expansão das tecnologias digitais tem permitido o surgimento de soluções inovadoras, como pagamentos móveis e carteiras digitais, que facilitam a realização de transações financeiras de forma rápida e acessível. De acordo com Pobee *et al.* (2023) os serviços de *mobile money* permitem aos utilizadores efetuar transferências, pagamentos e outras operações financeiras através de dispositivos móveis, mesmo na ausência de uma conta bancária tradicional. Estas soluções têm contribuído significativamente para a inclusão financeira em vários países em desenvolvimento, permitindo que indivíduos e empresas realizem operações financeiras de forma mais eficiente.

Outro grupo importante de produtos financeiros corresponde aos instrumentos de crédito e financiamento empresarial. Neste domínio, para além do crédito bancário tradicional, têm surgido formas alternativas de financiamento, como o financiamento colaborativo (*crowdfunding*), o empréstimo entre pares (*peer-to-peer lending*) e outras modalidades digitais de concessão de crédito. Estudos indicam que as plataformas de empréstimo P2P podem melhorar o acesso das PME ao financiamento, uma vez que utilizam tecnologias de análise de dados que permitem avaliar o risco de crédito de empresas com historial financeiro limitado (Abbasi *et al.*, 2021). Desta forma, estes mecanismos constituem uma alternativa relevante para empresas que enfrentam dificuldades em obter financiamento junto das instituições bancárias tradicionais.

Adicionalmente, instrumentos financeiros como o *factoring* e o *leasing* têm sido identificados como mecanismos eficazes para facilitar o acesso ao financiamento empresarial, especialmente em contextos onde as empresas apresentam limitações na oferta de garantias tradicionais. Estes instrumentos permitem às empresas mobilizar ativos operacionais ou fluxos de receitas futuras como base para o financiamento, reduzindo a dependência de garantias reais e contribuindo para diminuir os custos de transação associados ao crédito (Beck & Demirgüç-Kunt, 2006; *World Bank*, 2018).

Mais recentemente, a emergência das tecnologias financeiras (*FinTech*) tem contribuído para diversificar significativamente a tipologia de produtos financeiros disponíveis no mercado. As *FinTech* utilizam plataformas digitais, análise de dados, inteligência artificial e outras tecnologias para oferecer serviços financeiros inovadores, mais eficientes e frequentemente mais acessíveis do que os modelos tradicionais (Pobee *et al.*, 2023). Neste contexto, soluções como plataformas digitais de financiamento, serviços baseados em *blockchain* e sistemas de pagamento eletrónicos têm vindo a transformar o funcionamento do sector financeiro e a criar oportunidades de acesso ao financiamento para indivíduos e empresas.

Assim, a diversificação da tipologia de produtos financeiros, associada à inovação tecnológica e ao desenvolvimento de novos modelos de negócio, constitui um elemento essencial para ampliar o acesso aos serviços financeiros e responder de forma mais adequada às necessidades das MPMEs e das populações tradicionalmente excluídas do sistema financeiro formal.

2.2.2. Inclusão da Literacia Financeira nos Produtos Bancários

A crescente complexidade dos sistemas financeiros e a diversificação dos produtos bancários tornaram a literacia financeira um elemento essencial para o uso adequado dos serviços financeiros. A literacia financeira pode ser entendida como a capacidade dos indivíduos de compreender informação económica e tomar decisões informadas sobre planeamento financeiro, gestão da dívida, poupança e investimento (Lusardi & Mitchell, 2013). Neste contexto, a integração de iniciativas de educação financeira nos produtos e

serviços bancários assume um papel fundamental na promoção de um sistema financeiro mais inclusivo e eficiente.

A expansão de produtos financeiros, como cartões de crédito, empréstimos hipotecários e outros instrumentos de crédito ao consumo, tem aumentado a necessidade de competências financeiras adequadas por parte dos utilizadores. Muitos destes produtos apresentam estruturas complexas, que podem ser difíceis de compreender para indivíduos com níveis reduzidos de literacia financeira (Lusardi & Mitchell, 2013). Consequentemente, consumidores e empresários com menor conhecimento financeiro tornam-se mais vulneráveis a decisões inadequadas, custos excessivos ou utilização ineficiente dos serviços financeiros. Neste sentido, consumidores bem informados constituem uma importante linha de defesa contra a utilização de produtos financeiros inadequados ou excessivamente onerosos.

No caso das MPME, a literacia financeira assume igualmente um papel determinante no acesso ao financiamento. A capacidade de compreender produtos financeiros, preparar demonstrações financeiras e interpretar condições contratuais influencia diretamente a probabilidade de obtenção de crédito junto das instituições financeiras (MK *et al.*, 2024). Estudos indicam que níveis mais elevados de literacia financeira entre gestores e proprietários de empresas contribuem para reduzir assimetrias de informação entre bancos e mutuários, facilitando a avaliação do risco de crédito e aumentando as oportunidades de financiamento formal.

Em muitos países em desenvolvimento, a falta de conhecimentos financeiros constitui um obstáculo adicional ao acesso ao crédito. Pequenas empresas frequentemente enfrentam dificuldades na elaboração de demonstrações financeiras ou no cumprimento dos requisitos exigidos pelas instituições bancárias, o que reduz as suas probabilidades de obter financiamento (Quartey *et al.*, 2017). Além disso, muitos empresários desconhecem a existência de programas de financiamento ou instrumentos financeiros disponíveis, o que limita a utilização de mecanismos de apoio ao sector empresarial.

Paralelamente, o avanço da digitalização no sector financeiro tem reforçado a necessidade de literacia financeira digital. O crescimento de serviços financeiros digitais, como aplicações de crédito online, carteiras digitais e plataformas de pagamento eletrónico,

exige que os utilizadores possuam competências básicas para operar dispositivos tecnológicos, compreender processos digitais e avaliar riscos associados às transações online (Uthaileang & Kiattisin, 2023). A literacia financeira digital permite aos empresários selecionar produtos adequados às suas necessidades, compreender taxas de juro e gerir de forma eficiente os processos de financiamento digital.

Portanto, a integração de programas de educação financeira nos produtos e serviços bancários pode contribuir para melhorar a capacidade de decisão dos utilizadores e aumentar a confiança no sistema financeiro. Ao promover conhecimentos financeiros e digitais adequados, as instituições financeiras e os decisores políticos podem fortalecer a inclusão financeira, facilitar o acesso ao crédito e apoiar o desenvolvimento sustentável das MPME.

2.2.3. Inovação Digital e *Fintechs* como Caminhos para a Inclusão Financeira

A inovação digital tem desempenhado um papel cada vez mais relevante na expansão da inclusão financeira, sobretudo em contextos onde os modelos bancários tradicionais se revelam insuficientes para alcançar determinados segmentos da população e do tecido empresarial. Apesar dos esforços realizados pelas instituições financeiras convencionais, uma parte significativa da população mundial continua excluída do sistema financeiro formal. Nesse contexto, as tecnologias financeiras (*FinTech*) e os serviços digitais emergem como instrumentos capazes de reduzir barreiras de acesso e ampliar a disponibilidade de serviços financeiros (ACI Worldwide, 2024).

A digitalização dos serviços financeiros permite oferecer soluções mais acessíveis, flexíveis e de menor custo, adaptadas às necessidades de populações com baixos rendimentos ou localizadas em regiões com limitada presença de infraestruturas bancárias. O uso de canais móveis constitui um exemplo relevante deste processo, uma vez que milhões de pessoas que não possuem contas bancárias têm acesso a telefones móveis. Assim, os dispositivos móveis tornam-se um meio eficaz para a prestação de serviços financeiros, incluindo pagamentos, transferências e acesso a crédito (ACI Worldwide, 2024).

Um dos exemplos mais emblemáticos deste fenómeno é o sistema de pagamento móvel M-Pesa, desenvolvido no Quênia, que permitiu expandir significativamente o acesso a

serviços financeiros através de telemóveis. Sistemas semelhantes demonstram como as soluções digitais podem integrar populações anteriormente excluídas no sistema financeiro formal, oferecendo serviços simples, seguros e de baixo custo. Paralelamente, diversas *FinTech* têm desenvolvido modelos de negócio inovadores, como plataformas digitais de crédito e carteiras móveis, que facilitam o acesso a serviços financeiros por parte de indivíduos e pequenas empresas (ACI Worldwide, 2024).

Do ponto de vista económico, a digitalização financeira contribui para reduzir custos de transação e assimetrias de informação entre credores e mutuários. As tecnologias digitais permitem recolher e processar grandes volumes de dados, facilitando a avaliação do risco de crédito e melhorando a eficiência dos processos de concessão de financiamento (Zhang *et al.*, 2022). Adicionalmente, ferramentas como análise de *big data* e inteligência artificial possibilitam a utilização de dados não tradicionais, como históricos de transações digitais, para avaliar a solvabilidade de pequenas empresas com histórico financeiro limitado (Sanga & Aziakpono, 2023).

Outro contributo relevante das *FinTech* consiste na diversificação das fontes de financiamento disponíveis para as MPME. Plataformas de financiamento alternativo, como *crowdfunding*, *crowd-lending* e empréstimos *peer-to-peer*, oferecem novas oportunidades de acesso ao capital, reduzindo a dependência do crédito bancário tradicional (Sanga & Aziakpono, 2023). Estes mecanismos digitais podem também acelerar o processo de concessão de crédito, reduzindo custos operacionais e tornando o financiamento mais acessível.

No entanto, o desenvolvimento destas soluções exige um enquadramento institucional e regulatório adequado. Estratégias nacionais de inclusão financeira têm destacado a importância de criar ecossistemas favoráveis à inovação, incluindo quadros regulamentares que permitam testar novos produtos e modelos de negócio, como as iniciativas de *regulatory sandbox* (República da Guiné-Bissau, Ministério das Finanças, 2023). Assim, a combinação entre inovação tecnológica, políticas públicas adequadas e desenvolvimento de infraestruturas digitais constitui um elemento essencial para ampliar o acesso aos serviços financeiros e promover a inclusão financeira de populações e empresas tradicionalmente excluídas do sistema financeiro formal.

2.2.4. Parcerias Público-Privadas para Garantia de Crédito

As parcerias público-privadas (*PPP*) e os mecanismos de garantia de crédito têm sido amplamente reconhecidos como instrumentos relevantes para reduzir as restrições de financiamento enfrentadas pelas MPMEs. Em muitos países em desenvolvimento, estas empresas enfrentam dificuldades significativas no acesso ao crédito formal devido à percepção de risco elevado por parte das instituições financeiras, às assimetrias de informação e à insuficiência de garantias reais (*International Finance Corporation, 2017*). Consequentemente, os bancos tendem a limitar a sua exposição ao sector das MPMEs, o que restringe o financiamento disponível e compromete o potencial de crescimento e investimento destas empresas.

Neste contexto, os fundos de garantia pública surgem como instrumentos capazes de mitigar estas limitações. Os programas de garantias públicas de crédito têm como objetivo principal apoiar o acesso das empresas ao financiamento bancário através da provisão de garantias financiadas pelo sector público, que funcionam como colateral adicional para os empréstimos concedidos pelas instituições financeiras (*De Blasio et al., 2018*). Ao reduzir o risco assumido pelos bancos, estes mecanismos permitem aumentar o volume de crédito disponível e, em muitos casos, melhorar as condições de financiamento, incluindo taxas de juro mais favoráveis e prazos de maturidade mais longos. Além disso, os programas de garantia permitem às instituições financeiras partilhar o risco de crédito e, em determinadas circunstâncias, reduzir a necessidade de capital regulatório associado aos empréstimos concedidos (*Lagazio et al., 2021*).

A literatura evidencia ainda que os esquemas de garantia podem produzir efeitos positivos adicionais, como o reforço da reputação financeira das empresas beneficiárias. A participação em programas de garantia pública pode funcionar como um mecanismo de sinalização que aumenta a confiança dos credores e facilita futuras operações de financiamento (*Lagazio et al., 2021*). Paralelamente, estes instrumentos podem representar uma utilização relativamente eficiente dos recursos públicos, uma vez que permitem mobilizar financiamento privado com níveis iniciais de investimento público relativamente reduzidos (*De Blasio et al., 2018*).

No contexto da Guiné-Bissau, República da Guiné-Bissau Ministério das Finanças (2023), na Estratégia Nacional de Inclusão Financeira da Guiné-Bissau 2023–2027, reconhece explicitamente a existência de fortes restrições no acesso ao crédito por parte das MPMEs, particularmente devido à dificuldade em apresentar garantias adequadas. O documento propõe, por essa razão, a criação de um fundo de garantia parcial para empréstimos às MPMEs, a ser iniciado pelo governo e financiado com o apoio de parceiros técnicos e financeiros (República da Guiné-Bissau Ministério das Finanças, (2023). Esta medida visa reduzir o risco percebido pelos bancos e incentivar uma maior concessão de crédito ao sector empresarial.

A experiência internacional demonstra que a eficácia destes mecanismos depende frequentemente da cooperação entre diferentes actores institucionais. Em diversos países, os fundos de garantia operam através de modelos institucionais que envolvem governos, bancos, organizações empresariais e outras entidades financeiras, permitindo uma partilha mais equilibrada de riscos e responsabilidades (Akcigit *et al.*, 2024). Assim, o desenvolvimento de parcerias público-privadas no domínio das garantias de crédito pode constituir uma estratégia importante para melhorar o acesso das MPMEs ao financiamento, reforçar a inclusão financeira e apoiar o desenvolvimento do sector produtivo.

2.2.5. Reformas Institucionais e Legislativas

As reformas institucionais e legislativas desempenham um papel central na mitigação das restrições financeiras que afetam as MPMEs, influenciando diretamente o funcionamento dos mercados de crédito e a capacidade destas empresas de aceder a financiamento externo. A literatura evidencia que sistemas institucionais sólidos, caracterizados por direitos de propriedade bem definidos, mecanismos eficazes de execução de contratos e sistemas judiciais eficientes, contribuem significativamente para a redução dos obstáculos financeiros enfrentados pelas MPMEs (Beck & Demirgüç-Kunt, 2006). Nestes contextos institucionais mais desenvolvidos, as empresas tendem a enfrentar menores restrições de financiamento, sendo particularmente beneficiadas as empresas de menor dimensão, que tradicionalmente apresentam maior dificuldade em aceder a crédito.

Em muitos países em desenvolvimento, as limitações no acesso ao financiamento estão associadas a fragilidades institucionais, incluindo direitos de propriedade pouco claros,

insuficiências nos sistemas de auditoria financeira e dificuldades na utilização de ativos como garantia para obtenção de crédito (Brixiová *et al.*, 2020). Estas fragilidades reduzem a confiança dos credores e aumentam o risco associado às operações de crédito, limitando a disponibilidade de financiamento para novos empreendedores e empresas emergentes. Neste sentido, intervenções políticas que visem reforçar os direitos de propriedade, melhorar os sistemas de avaliação de ativos e facilitar a recuperação de garantias em caso de incumprimento podem contribuir significativamente para ampliar o acesso ao crédito por parte das MPMEs.

Paralelamente, a implementação de instrumentos institucionais específicos, como esquemas de garantias públicas de crédito, tem sido utilizada como mecanismo para reduzir o risco assumido pelas instituições financeiras ao conceder financiamento a empresas consideradas mais arriscadas. Estes mecanismos permitem transferir parte do risco de crédito para entidades garantidoras, incentivando os bancos a expandir o financiamento às MPMEs (Malhotra, *et al.*, 2007). Contudo, a eficácia desses programas depende fortemente do seu desenho institucional e da qualidade da sua implementação, sendo frequentemente observados resultados mistos quando estes esquemas são geridos exclusivamente pelo setor público.

Adicionalmente, reformas regulatórias que promovam o desenvolvimento do sistema financeiro e o fortalecimento do quadro legal podem aumentar a disponibilidade de financiamento externo para as MPMEs. Estudos demonstram que, em economias com sistemas financeiros mais desenvolvidos e com maior proteção dos credores e investidores, as empresas recorrem com maior frequência a fontes formais de financiamento para satisfazer as suas necessidades de capital (Wang *et al.*, 2023). De igual modo, melhorias na disponibilidade de informação de crédito e na transparência contabilística contribuem para reduzir as assimetrias de informação entre credores e empresas, facilitando o acesso ao financiamento (Abu *et al.*, 2024).

Assim, a evidência empírica sugere que políticas orientadas para o fortalecimento das instituições económicas, para a modernização dos sistemas legais e para o desenvolvimento do setor financeiro são fundamentais para reduzir as restrições de financiamento das MPMEs e potenciar o seu contributo para o crescimento económico.

A análise da literatura evidencia que as MPMEs enfrentam um conjunto complexo de restrições financeiras, resultantes da interação entre fatores informacionais, institucionais e estruturais. Entre os principais obstáculos identificados destacam-se o racionamento de crédito associado às assimetrias de informação, as exigências elevadas de garantias reais, o custo elevado do crédito e a limitada disponibilidade de produtos financeiros adaptados às características das pequenas empresas. A estes fatores somam-se limitações relacionadas com baixos níveis de literacia financeira e competências de gestão, a elevada informalidade empresarial, bem como fragilidades institucionais e regulatórias que dificultam o funcionamento eficiente dos mercados financeiros. Em determinados contextos, fatores socioculturais e desigualdades de género também contribuem para agravar as dificuldades de acesso ao financiamento.

A literatura também evidencia a importância de iniciativas destinadas a mitigar estas barreiras, incluindo o desenvolvimento de produtos financeiros adaptados às MPMEs, a criação de mecanismos de garantia de crédito, a modernização de sistemas de informação financeira, a promoção da literacia financeira e o fortalecimento das instituições responsáveis pela regulação e supervisão do sistema financeiro. Adicionalmente, o avanço das tecnologias financeiras e das soluções digitais tem sido apontado como uma oportunidade relevante para ampliar a inclusão financeira e reduzir custos de intermediação.

Apesar dos avanços registados na literatura internacional, persistem lacunas no que se refere à compreensão das dinâmicas de financiamento das MPEs em economias pequenas e insulares, onde as limitações estruturais do mercado, a reduzida diversificação económica e a fragilidade institucional podem intensificar as restrições ao acesso ao crédito. Neste sentido, torna-se pertinente aprofundar a análise destas questões no contexto específico de São Tomé e Príncipe, procurando compreender os principais desafios enfrentados pelas MPMEs no acesso ao financiamento e identificar possíveis caminhos para o fortalecimento do ecossistema financeiro empresarial.

Assim, a revisão da literatura apresentada neste capítulo constitui a base teórica e conceptual que sustenta a análise empírica desenvolvida nos capítulos seguintes, permitindo enquadrar a investigação e orientar a interpretação dos resultados obtido.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

São Tomé e Príncipe apresenta um tecido empresarial dominado por micro, pequenas empresas (MPEs), que enfrentam barreiras estruturais e institucionais semelhantes às verificadas em outros países em desenvolvimento, como elevada exigência de garantias, informalidade, baixa literacia financeira e fragilidade do setor público e financeiro. Este capítulo caracteriza o contexto económico, institucional e regulatório do país, destacando os desafios para o desenvolvimento das MPMs e situando-os em comparação com outros países africanos.

3.1. Caracterização Económica

A economia de São Tomé e Príncipe é insular, de pequena dimensão e pouco diversificada, apresentando forte dependência do setor dos serviços — particularmente comércio e turismo — e de fluxos externos como ajuda internacional e remessas (Banco de Portugal, 2023, 2024; *African Development Bank*, 2024). Apesar da predominância do setor terciário no Produto Interno Bruto, atividades como agricultura, pesca e indústria agroalimentar continuam a empregar uma parte significativa da população e a sustentar numerosas micro, pequenas e médias empresas (*International Monetary Fund*, 2023).

O crescimento económico tem sido moderado e vulnerável a choques externos, défices fiscais persistentes e fragilidade do setor energético. Apesar da redução da pobreza multidimensional — que atingia cerca de 11,7% da população em 2019 — uma parcela significativa da população permanece vulnerável à pobreza, refletindo desafios estruturais no desenvolvimento socioeconómico do país (*United Nations Development Programme*, 2024). O desemprego continua relativamente elevado, afetando particularmente mulheres e jovens (Ceita, 2021). Estes fatores, aliados à baixa diversificação produtiva e à limitada capacidade de formalização empresarial, dificultam a geração de garantias e o acesso das MPMs ao crédito. A economia enfrenta ainda inflação elevada, restrições fiscais e externas relevantes, reservas internacionais reduzidas e vulnerabilidade climática, reforçando os desafios estruturais ao desenvolvimento empresarial (*International Monetary Fund*, 2022, 2025).

O sistema financeiro nacional é relativamente concentrado e pouco diversificado, sendo dominado por um número reduzido de bancos comerciais e apresentando uma presença

limitada de instituições de microfinanças e seguradoras, o que restringe a oferta de produtos financeiros adaptados às necessidades das MPMEs (*Central Bank of São Tomé and Príncipe*, 2021; *International Monetary Fund*, 2023; *World Bank*, 2021). O crédito privilegia grandes empresas e o setor público, refletindo racionamento e limitada inclusão financeira. A estabilidade do setor depende da monitorização de créditos não produtivos, níveis de liquidez, capitalização e exposição soberana, enquanto políticas de digitalização e expansão da inclusão financeira permanecem incompletas. A cobertura bancária reduzida, baixa literacia financeira e fraca penetração de serviços digitais constituem barreiras adicionais ao acesso das MPMEs a instrumentos financeiros modernos.

3.2. Ambiente Institucional e Regulação

O ambiente institucional e regulatório em São Tomé e Príncipe enfrenta desafios estruturais que condicionam o desenvolvimento empresarial e o acesso ao crédito. De acordo com o *International Monetary Fund* (2021), persistem fragilidades ao nível da governação, limitações na capacidade institucional e atrasos na implementação de reformas estruturais, fatores que comprometem a competitividade e o crescimento económico. Adicionalmente, os obstáculos estruturais e institucionais continuam a afetar o ambiente de negócios, contribuindo para a morosidade administrativa e incerteza regulatória. Iniciativas como o “PTB Zero”, a modernização judicial e a supervisão reforçada pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) visam melhorar a eficiência e ampliar a inclusão financeira. No entanto, fragilidades estruturais continuam a limitar a eficiência do sistema e a inclusão financeira, afetando particularmente a capacidade das micro, pequenas e médias empresas de aceder a crédito formal (*International Monetary Fund*, 2025; *World Bank*, 2021). A Tabela 3.1 apresenta uma síntese das principais dimensões do ambiente institucional e regulatório, evidenciando as fragilidades estruturais, as reformas em curso e os seus potenciais impactos no acesso ao financiamento empresarial.

Tabela 3.1 – Ambiente Institucional e Regulatório

Dimensão	Situação Atual	Fragilidades / Desafios	Reformas / Iniciativas	Impacto Esperado
Capacidade Administrativa	Serviços públicos com baixa eficiência	Burocracia; fraca articulação interinstitucional	PNDS 2020-2024; tribunais especializados; formação contínua	Redução de custos de contexto; maior previsibilidade
Sistema Judicial	Lentidão e pouca especialização empresarial	Morosidade; falta de mecanismos alternativos	Modernização judicial; combate à corrupção	Mais segurança jurídica; confiança de investidores

Dimensão	Situação Atual	Fragilidades / Desafios	Reformas / Iniciativas	Impacto Esperado
Regulação	Alterações frequentes e imprevisíveis	Incerteza para investidores e bancos	Supervisão reforçada pelo BCSTP; atualização legislativa	Maior previsibilidade regulatória
Modernização Administrativa	Iniciativas de digitalização em curso	Cobertura desigual; baixa literacia digital	“PTB Zero”; expansão de serviços digitais	Menor burocracia; inclusão financeira
Fragilidades Estruturais	Elevada informalidade; dependência de AOD	Limitação na implementação de reformas	Reformas FMI; parcerias internacionais	Maior confiança e estabilidade macroeconómica

Fonte: Elaboração própria com base em International Monetary Fund (2021, 2025), World Bank (2021)

3.3. Barreiras ao Financiamento das MPMEs

O acesso ao financiamento constitui um dos principais constrangimentos ao desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em São Tomé e Príncipe. Estas limitações assumem um carácter multidimensional, resultando da interação entre fatores financeiros, empresariais, institucionais e sociais.

No plano financeiro, destacam-se a exigência de garantias reais elevadas por parte das instituições de crédito, as taxas de juro relativamente altas e os prazos de financiamento reduzidos. Estes fatores limitam significativamente o acesso ao crédito formal, sobretudo para empresas com reduzida capacidade de acumulação de ativos ou histórico financeiro limitado.

No que se refere às barreiras empresariais, observa-se que a baixa literacia financeira dos gestores, aliada a práticas de gestão pouco estruturadas e a elevados níveis de informalidade, compromete a capacidade das MPMEs de satisfazer os requisitos exigidos pelo sistema financeiro. Esta realidade traduz-se numa menor elegibilidade para o crédito e numa maior vulnerabilidade operacional.

Por sua vez, as barreiras institucionais e regulatórias estão associadas à burocracia administrativa, à morosidade dos processos judiciais e à imprevisibilidade do enquadramento normativo. Estes fatores contribuem para o aumento da incerteza e dos custos de transação, desincentivando o investimento privado e a formalização empresarial.

Adicionalmente, as barreiras sociais assumem particular relevância, refletindo-se em desigualdades de género e limitações no acesso a redes de contacto e oportunidades económicas. Estes constrangimentos afetam de forma desproporcional determinados grupos

de empreendedores, restringindo o seu acesso a recursos financeiros e a mecanismos de apoio (*Alliance for Financial Inclusion & African Financial Inclusion Policy Initiative*, 2020, 2024).

A sistematização destas barreiras, apresentada na Tabela 3.2, evidencia a natureza interdependente dos constrangimentos ao financiamento, reforçando a necessidade de abordagens integradas e estruturais.

Tabela 3.2 – Barreiras ao financiamento

Dimensão	Principais Barreiras	Impactos nas MPMEs	Iniciativas / Respostas
Estruturais e Financeiras	Exigência de garantias; juros elevados; prazos curtos	Dificuldade de acesso ao crédito formal	ENIF 2020-2025; Sandbox Fintech; produtos de microfinança
Empresariais e de Gestão	Baixa literacia financeira; gestão deficiente; informalidade	Limitação da elegibilidade para crédito; vulnerabilidade	Programas Empreende Jovem / +; capacitação
Institucionais e Regulatórias	Burocracia; morosidade judicial; imprevisibilidade regulatória	Redução do investimento privado; desincentivo à formalização	Reformas financeiras e tributárias; reforço da supervisão
Sociais e de Inclusão	Desigualdade de género; restrição de redes de contacto	Exclusão de segmentos vulneráveis	Programas MUALA+, ONU Mulheres
Respostas Complementares	Ausência de scoring; cobertura limitada de programas	Impacto localizado, mas insuficiente	Fundos de garantia; parcerias internacionais

Fonte: Elaboração própria com base em *Alliance for Financial Inclusion & African Financial Inclusion Policy Initiative* (2020, 2024), Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF 2020–2025), *World Bank Group* (2021) e *International Monetary Fund* (2021, 2022).

3.4. Políticas e Programas de Apoio

Face às barreiras identificadas, o desenvolvimento sustentável das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em São Tomé e Príncipe depende da implementação de políticas públicas e programas de apoio capazes de responder, de forma integrada, aos constrangimentos financeiros, institucionais e empresariais. Neste contexto, o Estado, em articulação com parceiros internacionais, tem vindo a promover diversas iniciativas orientadas para o reforço da capacidade produtiva, a dinamização do empreendedorismo e a promoção da inclusão financeira.

Esta abordagem integrada traduz-se na adoção de políticas multissetoriais que articulam agricultura, segurança alimentar, inclusão social e desenvolvimento económico. De acordo com o Instituto Marquês de Valle Flôr (2023), o país tem vindo a implementar um conjunto de programas estruturantes, com destaque para a reforma fundiária e as iniciativas

de apoio à agricultura familiar. Estes programas contribuíram para a organização dos produtores em associações e cooperativas, para o aumento da produtividade agrícola — particularmente no setor do cacau — e para a melhoria das condições de vida das populações rurais, criando as bases para o desenvolvimento de MPMEs rurais e para a consolidação de cadeias de valor agroalimentares.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PNDS 2020–2024) estabelece um quadro estratégico que integra políticas de apoio ao empreendedorismo, desenvolvimento de instrumentos de microfinanças, criação de incubadoras de empresas, capacitação técnica e promoção da inclusão financeira, nomeadamente através de soluções digitais e da mobilização da diáspora (Ministério do Plano, Finanças e Economia Azul, 2019). Paralelamente, a evolução do enquadramento regulatório, incluindo a introdução de serviços de *mobile money* e o reforço da supervisão financeira, tem contribuído para a expansão do acesso a serviços financeiros e para a redução dos custos de transação, sobretudo em zonas periféricas (*International Monetary Fund*, 2022).

No plano operacional, programas históricos como o PNAPAF, PAPAFA e PAPAC desempenharam um papel determinante no apoio à agricultura familiar, na promoção de estruturas cooperativas e na melhoria da qualidade dos produtos destinados à exportação. Conforme evidenciado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (2023), estas iniciativas permitiram ganhos significativos ao nível da produção e produtividade — destacando-se o crescimento do cacau biológico — bem como a certificação de cooperativas para mercados internacionais, contribuindo para a geração de rendimento e para a integração dos produtores nas cadeias de valor globais.

Adicionalmente, iniciativas como o PRIASA assumem um papel estruturante no reforço das infraestruturas produtivas e na promoção da segurança alimentar. Segundo o *African Development Bank* (2015), a segunda fase do projeto (PRIASA II) mobilizou um financiamento de cerca de 19,5 milhões de dólares, com o objetivo de promover um crescimento económico inclusivo através do aumento da produção agrícola e pesqueira. As intervenções incidiram sobre infraestruturas essenciais — incluindo redes de irrigação, estradas rurais e mercados — bem como sobre a capacitação técnica dos produtores, a melhoria dos processos de conservação, transformação e comercialização. O projeto beneficiou diretamente milhares de agricultores e pescadores, com especial incidência em mulheres e jovens, evidenciando uma

transição progressiva para sistemas produtivos mais orientados para o mercado e com maior potencial de geração de valor.

No domínio do empreendedorismo, programas como Empreende Jovem, Empreende+ e a Estratégia Nacional de Empreendedorismo (2024–2030) refletem uma crescente aposta na capacitação empresarial, no acesso ao financiamento e na integração dos empreendedores em cadeias de valor. Estas iniciativas têm contribuído para a criação de emprego, sobretudo entre jovens e mulheres, e para a diversificação da base económica nacional, ainda fortemente dependente do setor primário.

A Tabela 3.3 apresenta uma sistematização dos principais programas históricos e de empreendedorismo, enquanto a Tabela 3.4 complementa esta análise com iniciativas mais recentes e de natureza multisetorial, evidenciando a evolução das políticas públicas no país.

Tabela 3.3 – Programas históricos e de empreendedorismo

Programa	Tipo	Período	Objetivo / Impacto	Referência
PNAPAF	Histórico – Agricultura familiar	1995–2001	Melhoria das condições de vida e apoio técnico; impacto limitado pós-financiamento	(FIDA & Governo de STP, 2001)
PAPAFPA	Histórico – Cooperativas agrícolas	2003–2015	Criação de cooperativas certificadas; aumento da competitividade	(IMVF et al., 2023; Garbero et al., 2019)
PAPAC	Histórico – Assistência técnica e resiliência	Pós-2015	Apoio técnico, processamento e reforço das exportações	(IMVF et al., 2023; Garbero et al., 2019)
PRIASA	Histórico – Infraestruturas agrícolas	-	Melhoria logística e apoio à produção	(IMVF et al., 2023; BAD, 2013)
Projecto Taiwan	Histórico – Apoio produtivo	-	Aumento da produtividade e segurança alimentar	(Cardoso, 2021)
Empreende Jovem	Empreendedorismo	2015–2022	Apoio a empreendedores; criação de emprego	(Soares, 2021; Aragão, 2015)
Empreende+	Empreendedorismo	2022	Formação, mentoria e financiamento	(Rádio Somos Todos Primos, 2022)
Estratégia Nac. Empreendedorismo	Empreendedorismo	2024–2030	Capacitação e articulação institucional	(RTP África, 2024)
Programa Família Vulnerável	Inclusão social	2022	Apoio a micro-negócios familiares	(Direção Proteção Social, 2025; Téla Nón, 2025)

Fonte: Elaboração própria com base em FIDA & Governo de STP (2001); Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), ACTUAR & ADAPPA (2023); Garbero, A., Improtta, D., & Gonçalves, F. (2019); AfDB (2015); Cardoso, P. J. S. R. (2021); Soares (2021); Aragão (2015); Rádio Somos Todos Primos (2022); RTP África (2024); Direção da Proteção Social (2025); Téla Nón (2025).

Tabela 3.4 – Programas complementares e multissetoriais

Programa	Tipo	Período	Objetivo / Impacto
COMPRAN	Desenvolvimento agrícola e inclusão	2021–2026	Aumento de rendimento e SAN; foco em mulheres e jovens
PAE	Exportação agrícola	2021–2025	Promoção das exportações e cadeias de valor
Conservação da Biodiversidade	Sustentabilidade ambiental	2021–2026	Proteção ambiental e apoio a comunidades
Gestão Integrada da Paisagem	Sustentabilidade e SAN	2021–2025	Segurança alimentar e preservação dos ecossistemas

Fonte: Elaboração própria com base em Instituto Marquês de Valle Flôr (2023)

Não obstante os progressos alcançados, persistem desafios estruturais relevantes, nomeadamente a elevada dependência do financiamento externo, a limitada capacidade técnica dos beneficiários, a fraca articulação institucional e a insuficiência de mecanismos eficazes de monitorização e avaliação. Conforme salientado pelo Instituto Marquês de Valle Flôr (2023), muitos programas apresentam resultados positivos no curto prazo, mas enfrentam dificuldades na sua sustentabilidade após o término dos financiamentos, o que limita o seu impacto a médio e longo prazo.

A análise dos programas evidencia que as políticas públicas se estruturam, de forma geral, em quatro eixos fundamentais: (i) promoção do acesso ao financiamento, (ii) reforço da capacitação técnica e empresarial, (iii) desenvolvimento da inclusão financeira — incluindo soluções digitais — e (iv) apoio a grupos vulneráveis, com particular incidência em jovens e mulheres. Contudo, a eficácia destas iniciativas permanece condicionada por limitações estruturais, tais como a fragmentação institucional, a reduzida escala de implementação e a insuficiente articulação entre políticas públicas sectoriais.

Estas limitações comprometem a coerência e a sustentabilidade das intervenções, reduzindo o seu impacto sistémico no desenvolvimento das MPMEs. A Estratégia Nacional de Inclusão Financeira evidencia que a eficácia das políticas públicas depende de uma abordagem integrada, participativa e devidamente articulada entre diferentes iniciativas e setores da economia. Nesse sentido, a ausência de coordenação e alinhamento entre programas pode fragilizar os resultados esperados e limitar o alcance das intervenções. Assim, a consolidação e integração das políticas públicas, aliadas ao reforço das capacidades institucionais e à promoção de instrumentos financeiros inovadores, assumem-se como condições fundamentais para impulsionar a resiliência, a escalabilidade e a sustentabilidade do tecido empresarial nacional (Banco Central de São Tomé e Príncipe, 2021).

Por fim, a análise conjunta das Tabelas 3.3 e 3.4 evidencia uma evolução progressiva das políticas públicas em São Tomé e Príncipe, passando de abordagens centradas na agricultura familiar para estratégias mais integradas, que combinam desenvolvimento económico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. Esta transformação revela um alinhamento crescente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, embora persista a necessidade de reforçar a coordenação institucional, a monitorização e a autonomia financeira dos programas, de modo a garantir impactos duradouros no desenvolvimento das MPMEs.

3.5. Estrutura e peso das MPMEs em São Tomé e Príncipe

De acordo com o Artigo 303.º do Código do Trabalho de São Tomé e Príncipe (Governo de São Tomé e Príncipe, 2019), a classificação das empresas é definida em função do número de trabalhadores, distinguindo-se entre microempresas (até 5 trabalhadores), pequenas empresas (6 a 40 trabalhadores), médias empresas (41 a 150 trabalhadores) e grandes empresas (mais de 150 trabalhadores). Dados do Instituto Nacional de Estatística indicam que o tecido empresarial santomense é fortemente dominado por empresas de pequena dimensão, refletindo uma estrutura produtiva caracterizada por reduzida escala e limitada capacidade de crescimento (Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, 2021).

Neste contexto, as micro, pequenas e médias empresas assumem um papel central na economia nacional, representando a grande maioria das unidades empresariais e contribuindo significativamente para a criação de emprego e para a dinamização da atividade económica. Contudo, apesar da implementação de diversas políticas públicas e programas de apoio analisados na secção anterior, a evidência empírica aponta para a persistência de constrangimentos estruturais, nomeadamente a baixa capitalização, a reduzida formalização e a limitada capacidade de acesso ao financiamento formal (*World Bank*, 2021; Putra, 2024).

A estrutura de liderança empresarial revela igualmente assimetrias relevantes, com predominância masculina na gestão das empresas, sendo cerca de dois terços lideradas por homens, enquanto as mulheres representam aproximadamente um terço dos gestores (Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe, 2021). Este padrão sugere a existência de desigualdades no acesso a oportunidades económicas e de liderança, com potenciais implicações na inclusão e no desenvolvimento sustentável.

A Tabela 3.5 apresenta um conjunto de indicadores estruturais que permitem caracterizar o perfil das MPMEs em São Tomé e Príncipe. Os dados evidenciam uma forte predominância de empresas de muito pequena dimensão, frequentemente com estruturas organizacionais pouco formalizadas e limitada capacidade de integração nos mercados formais. A reduzida percentagem de empresas com contabilidade organizada e o baixo número de pedidos de crédito sugerem a existência de barreiras significativas ao financiamento, reforçando os constrangimentos previamente identificados.

Tabela 3.5 – Indicadores estruturais relevantes das MPMEs

Indicador	Resultado
MPEs no tecido empresarial	95,2%
Empresas com ≤ 2 trabalhadores	44,3%
Empresas com 1 estabelecimento	90,4%
Empresas com contabilidade organizada	36,5%
Empresas que solicitaram crédito	9,2%
Gestores com ensino superior completo	25,7%
Gestores com escolaridade até secundário incompleto	41,3%
Empresas lideradas por homens	66,3%
Empresas que não participam em comércio externo	71,7%

Fonte: Elaboração própria com base em INE (2020)

A análise dos indicadores apresentados revela um tecido empresarial marcado por fragilidades estruturais, nomeadamente ao nível da qualificação dos gestores, da formalização das atividades e da integração nos mercados internacionais. A elevada proporção de empresas que não participam no comércio externo e a reduzida utilização de instrumentos financeiros formais evidenciam limitações na capacidade de expansão e de competitividade das MPMEs.

Neste contexto, torna-se evidente que, apesar dos esforços institucionais e das políticas de apoio implementadas, persistem desafios estruturais que condicionam o desenvolvimento do setor empresarial. Assim, a compreensão destas limitações reforça a relevância de analisar os fatores que condicionam o acesso das MPMEs ao financiamento em São Tomé e Príncipe, constituindo este o foco central da presente investigação.

4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

4.1. Problema e Objetivos

O problema de investigação que orienta o presente estudo consiste em compreender **quais são os determinantes microeconómicos, institucionais e comportamentais que influenciam a probabilidade de acesso ao crédito formal pelas Micro, Pequenas Empresas (MPEs) em São Tomé e Príncipe**. Este capítulo apresenta a forma como a investigação é operacionalizada do ponto de vista empírico.

Apesar do papel central das MPMEs na geração de emprego, na dinamização da atividade económica e na promoção do empreendedorismo, o acesso ao crédito formal continua a constituir um dos principais constrangimentos ao seu crescimento e sustentabilidade. No contexto santomense, este fenómeno é influenciado por diversos fatores, entre os quais se destacam as características estruturais do sistema financeiro, as exigências de garantias reais, os níveis das taxas de juro, a informalidade empresarial, as limitações na literacia financeira dos gestores e algumas fragilidades institucionais.

Adicionalmente, a literatura existente evidencia uma lacuna relevante, nomeadamente a escassez de estudos empíricos que combinem análise econométrica com evidência qualitativa, permitindo examinar o fenómeno de forma integrada. Neste sentido, torna-se pertinente desenvolver uma investigação que permita testar empiricamente os fatores que condicionam a probabilidade de acesso ao crédito formal pelas MPMEs.

Tendo em conta esta problemática, o objetivo geral da investigação consiste em **identificar e analisar empiricamente os fatores que condicionam o acesso ao financiamento formal pelas MPEs no contexto santomense**.

Para alcançar este propósito, definem-se os seguintes objetivos específicos: caracterizar o perfil socioeconómico das MPMEs e dos seus gestores; avaliar o grau de utilização de serviços financeiros formais; identificar os principais obstáculos ao acesso ao crédito; analisar o papel da literacia financeira e das práticas de gestão empresarial; examinar a influência de fatores institucionais e socioculturais; e estimar, através de um modelo econométrico apropriado, os determinantes da probabilidade de acesso ao crédito formal.

A articulação destes objetivos permite integrar as dimensões descritiva, analítica e econométrica da investigação, assegurando coerência com a abordagem metodológica mista apresentada na Introdução e contribuindo para uma interpretação mais robusta dos resultados obtidos.

4.2. Amostra e Recolha de Dados

A população-alvo corresponde às MPMEs em funcionamento no país, incluindo empresas formais e unidades económicas informais, atuando nos setores do comércio, serviços, turismo, agricultura e pequena indústria.

A investigação integrou duas componentes complementares. Na componente quantitativa, foram inquiridas 103 MPEs localizadas nos distritos de Água Grande, Mé-Zóchi, Lobata e Cantagalo, abrangendo áreas urbanas e rurais e diversos setores de atividade. Dada a inexistência de um registo empresarial completo, recorreu-se a uma amostragem não probabilística por conveniência, complementada por critérios de diversidade geográfica e setorial, procurando incluir empresas de diferentes setores de atividade, sem imposição de quotas rígidas, de modo a captar a heterogeneidade do tecido empresarial.

Na componente qualitativa, foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas a intervenientes-chave, incluindo 9 gestores de MPEs, 4 técnicos de instituições públicas e 4 representantes de instituições financeiras. A seleção dos participantes baseou-se na sua experiência e relevância no contexto do acesso ao financiamento

A recolha de dados assentou em três instrumentos complementares. Em primeiro lugar, foi aplicado um questionário estruturado às 103 MPEs, permitindo recolher informação sobre o perfil empresarial, utilização de serviços financeiros, acesso ao crédito, práticas de gestão, literacia financeira e barreiras percebidas. Em segundo lugar, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas, destinadas a aprofundar dimensões institucionais, práticas bancárias, exigência de garantias, confiança no sistema financeiro e fatores socioculturais. Por fim, realizou-se análise documental, incluindo relatórios institucionais e estatísticas oficiais, permitindo contextualização macroeconómica e triangulação dos resultados.

A recolha de dados decorreu em outubro de 2025. Os inquiridores foram previamente formados e o questionário foi sujeito a pré-teste junto de cinco empresas. Os questionários foram aplicados presencialmente, com duração média entre 25 e 40 minutos, enquanto as entrevistas, com duração entre 45 e 60 minutos, foram gravadas e posteriormente transcritas. Estes procedimentos permitiram assegurar consistência e fiabilidade na recolha de dados.

A variável dependente corresponde ao acesso ao crédito formal, operacionalizado de forma binária (obteve crédito nos últimos 12 meses: Sim/Não). As variáveis independentes foram organizadas em cinco dimensões analíticas: perfil empresarial (formalização, número de trabalhadores, tempo de funcionamento e setor de atividade); integração financeira (existência de conta bancária, uso de mobile money e poupanças); condições de crédito (garantias exigidas, obstáculos percebidos e custos do crédito); literacia e gestão financeira (escolaridade, formação em gestão, conhecimento financeiro, registo contabilístico e planeamento); e fatores socioculturais e de resiliência (sexo, idade, barreiras percebidas, existência de reservas financeiras e estratégias em situação de crise). Estas variáveis permitem analisar simultaneamente determinantes estruturais, institucionais e comportamentais do acesso ao financiamento.

O questionário constituiu o principal instrumento da dimensão quantitativa. A sua construção resultou de uma combinação de diferentes fontes de referência, nomeadamente: a revisão da literatura internacional sobre inclusão financeira e acesso ao crédito pelas MPMEs (Beck et al., 2006; OECD, 2015); os FinScope MSME Surveys implementados em vários países africanos, com destaque para o caso do Zimbabué (2022) (FinMark Trust, 2022), cuja estrutura serviu de inspiração para a adaptação ao contexto santomense; e as diretrizes metodológicas da OCDE/INFE no domínio da literacia financeira (Atkinson & Messy, 2012), que orientaram a formulação das questões relativas a conhecimentos, comportamentos e atitudes financeiras.

O questionário foi organizado em 14 secções temáticas, abrangendo dimensões fundamentais para a compreensão das barreiras ao financiamento: perfil da empresa; uso de serviços financeiros; crédito e financiamento; poupança e reservas; seguros e gestão de risco; práticas e comportamentos financeiros; serviços digitais e inovação; conhecimentos financeiros; resiliência e reação a choques; barreiras percebidas; bem-estar financeiro e expectativas; perfil do gestor/proprietário; desempenho do negócio; e desigualdade de

género e barreiras socioculturais. A Tabela 4.1 apresenta a estrutura geral do questionário e exemplos das principais variáveis recolhidas em cada secção.

Tabela 4.1 Estrutura e conteúdo do questionário sobre MPMES e acesso a serviços financeiros

Secção	Conteúdo principal	Exemplos de variáveis
1	Perfil das empresas	Setor de atividade, nº de funcionários, tempo de funcionamento, situação jurídica
2	Uso de serviços financeiros	Conta bancária, mobile money, relação com instituições financeiras
3	Acesso ao crédito	Solicitação, resultado da solicitação, principais obstáculos
4	Poupança e reservas	Existência de reservas financeiras, formas de poupança
5	Seguros e gestão de risco	Tipos de seguros, práticas de mitigação de riscos
6	Práticas de gestão financeira	Registo contabilístico, planeamento de despesas, separação entre finanças pessoais e empresariais
7	Utilização de serviços digitais	<i>Mobile banking</i> , pagamentos digitais
8	Conhecimentos financeiros	Questões de literacia financeira básica (juros, inflação, risco, diversificação)
9	Resiliência a choques	Estratégias em caso de queda nas receitas ou imprevistos
10	Barreiras percebidas	Burocracia, exigência de garantias, taxas de juro elevadas, falta de informação
11	Bem-estar financeiro	Perceção de segurança financeira, capacidade de reinvestimento
12	Perfil do gestor/proprietário	Idade, género, escolaridade, experiência em gestão
13	Desempenho do negócio	Variação do volume de vendas, reinvestimento, expansão
14	Desigualdade de género e barreiras socioculturais	Diferenças de acesso ao crédito por género, perceção de discriminação, impacto das normas culturais

Fonte: Elaboração própria, baseada em Beck et al. (2006), Atkinson e Messy (2012), OECD (2015) e FinMark Trust (2022).

O questionário completo encontra-se apresentado no Anexo da dissertação.

As informações recolhidas através deste instrumento constituíram a base para a construção das variáveis utilizadas na análise empírica. Algumas das variáveis utilizadas no modelo econométrico resultam de transformações ou agregações das respostas originais do questionário, incluindo a criação de variáveis *dummy* e a construção de indicadores sintéticos, como o índice de literacia financeira. A definição e operacionalização das variáveis utilizadas na estimação do modelo *logit* são apresentadas na secção dedicada ao modelo econométrico.

4.3. Métodos

O presente estudo adota uma abordagem de métodos mistos (*mixed methods*), combinando técnicas quantitativas e qualitativas de análise. Esta estratégia metodológica

permite integrar diferentes fontes de evidência empírica e obter uma compreensão mais abrangente dos fatores que condicionam o acesso ao financiamento pelas MPMEs em São Tomé e Príncipe. A utilização combinada destas abordagens possibilita analisar simultaneamente padrões observáveis nos dados e interpretações contextuais fornecidas pelos atores envolvidos no sistema de financiamento empresarial.

Do ponto de vista do desenho de investigação, o estudo apresenta carácter descritivo, ao identificar e quantificar as principais barreiras ao acesso ao crédito; exploratório, devido à limitada disponibilidade de estudos empíricos sobre financiamento das MPMEs no contexto santomense; e estudo de caso instrumental, ao analisar São Tomé e Príncipe como exemplo de economia de pequena dimensão caracterizada por fragilidades institucionais, elevada informalidade empresarial e restrições estruturais no funcionamento do sistema financeiro.

A componente quantitativa baseia-se nos dados recolhidos através do questionário estruturado aplicado às MPMEs. O tratamento estatístico dos dados foi realizado com recurso ao *software IBM SPSS Statistics*, seguindo uma estratégia analítica sequencial composta por três etapas principais.

A primeira etapa consistiu na análise estatística descritiva, com o objetivo de caracterizar o perfil das empresas e dos seus gestores na amostra. Foram calculadas frequências, percentagens, médias, medianas e desvios-padrão para as principais variáveis, permitindo identificar padrões gerais relativos à estrutura empresarial, nível de formalização, práticas de gestão financeira e utilização de serviços financeiros.

A segunda etapa correspondeu à análise bivariada, destinada a examinar associações entre variáveis e diferenças entre grupos de empresas com e sem acesso ao crédito formal. Para este efeito, foram utilizados dois procedimentos estatísticos principais. O *teste t de Student* para amostras independentes foi aplicado para avaliar diferenças de médias em variáveis contínuas, como literacia financeira, experiência de gestão e número de trabalhadores. Paralelamente, o *teste do Qui-quadrado de Pearson* foi utilizado para examinar associações entre variáveis categóricas, como setor de atividade, formação financeira e acesso ao crédito. Esta etapa permitiu identificar relações preliminares entre características empresariais, capital humano do gestor e probabilidade de obtenção de financiamento.

A terceira etapa consistiu na estimação de um modelo de regressão logística binária (*Logit*), adequado à natureza dicotômica da variável dependente — acesso ao crédito formal (1 = obteve empréstimo; 0 = não obteve). O modelo logit permite estimar a probabilidade de ocorrência de um determinado evento em função de um conjunto de variáveis explicativas e é amplamente utilizado na literatura empírica sobre financiamento empresarial. No presente estudo, as variáveis independentes incluídas no modelo captam características estruturais da empresa (idade, dimensão, formalização e setor de atividade) e características do gestor (literacia financeira, escolaridade, experiência de gestão e formação financeira). A estimação do modelo permite avaliar o efeito marginal dessas variáveis na probabilidade de acesso ao crédito, controlando simultaneamente a influência das demais variáveis explicativas.

Complementarmente, a componente qualitativa do estudo baseou-se na realização de entrevistas semiestruturadas com empresários, representantes de instituições públicas e profissionais do setor financeiro. As entrevistas foram analisadas através de análise de conteúdo temática, envolvendo um processo sistemático de leitura, codificação e categorização das respostas. Este procedimento permitiu identificar padrões recorrentes nas percepções dos participantes relativamente às barreiras ao financiamento, ao funcionamento do sistema financeiro e às limitações institucionais que afetam o acesso ao crédito.

Finalmente, os resultados provenientes das diferentes fontes de dados — questionários, entrevistas e análise documental — foram integrados através de triangulação metodológica, conforme proposto por Patton (2002). Este processo permitiu confrontar e complementar evidências quantitativas e qualitativas, reforçando a validade interna do estudo e possibilitando uma interpretação mais robusta dos determinantes do acesso ao financiamento pelas MPMEs no contexto santomense.

5. ANÁLISE DOS DADOS RECOLHIDOS

5.1. Introdução

O presente capítulo apresenta e analisa os resultados empíricos da investigação sobre os determinantes do acesso ao financiamento pelas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) em São Tomé e Príncipe. Adota-se uma abordagem metodológica mista, integrando evidência qualitativa e quantitativa, com o objetivo de proporcionar uma compreensão abrangente e contextualizada do fenómeno em estudo.

A análise encontra-se estruturada em quatro etapas complementares. Em primeiro lugar, procede-se à análise qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas realizadas a empresários e representantes institucionais, permitindo identificar constrangimentos estruturais e institucionais, tais como burocracia administrativa, exigência de garantias reais e limitações na oferta de produtos financeiros.

Em segundo lugar, apresenta-se a análise quantitativa descritiva de uma amostra de 103 empresas, com vista à caracterização do perfil empresarial, do grau de formalização e dos padrões de financiamento observados.

Em terceiro lugar, desenvolve-se uma análise bivariada, recorrendo a testes estatísticos paramétricos nomeadamente o teste *t de Student* e o teste do *Qui-quadrado*, com o objetivo de examinar associações entre características empresariais e sociodemográficas e a variável de acesso ao crédito.

Por fim, procede-se à estimação de um modelo de regressão logística binária (Logit), adequado à natureza dicotómica da variável dependente, permitindo identificar os fatores que influenciam a probabilidade de obtenção de crédito formal.

No seu conjunto, esta estratégia metodológica integrada possibilita avaliar de forma sistemática os mecanismos que condicionam o acesso ao financiamento no contexto santomense, articulando evidência empírica com os enquadramentos teóricos discutidos na revisão da literatura.

5.2. Análise Qualitativa das Entrevistas

A análise qualitativa teve como propósito explorar as percepções, experiências e interpretações dos principais atores envolvidos no processo de acesso ao financiamento pelas MPMEs em São Tomé e Príncipe, complementando e contextualizando os resultados quantitativos subsequentes.

Foram realizadas 17 entrevistas semiestruturadas em outubro de 2025, abrangendo três grupos de participantes: (i) gestores de micro, pequenas e médias empresas; (ii) técnicos de instituições públicas com intervenção na área do apoio empresarial; e (iii) profissionais do setor financeiro. A seleção dos participantes seguiu critérios de relevância funcional e experiência no domínio do financiamento empresarial.

A análise das entrevistas foi conduzida através de categorização temática, permitindo identificar padrões recorrentes, convergências e divergências entre os diferentes grupos. Emergiram dois conjuntos principais de constrangimentos: (i) fatores externos, associados ao enquadramento institucional e ao funcionamento do sistema financeiro, incluindo burocracia, exigência de garantias reais e limitada diversificação de produtos financeiros; e (ii) fatores internos às empresas, designadamente baixos níveis de formalização, reduzida literacia financeira e práticas de gestão pouco estruturadas.

Para efeitos de sistematização, os resultados qualitativos são apresentados segundo quatro eixos analíticos: perfil dos participantes e das entidades representadas; percepções sobre o processo de obtenção de crédito; impactos da informalidade e da literacia financeira; e propostas de melhoria ao nível das políticas públicas e práticas institucionais.

Esta abordagem permite captar dimensões relacionais e institucionais do fenómeno que não são plenamente observáveis através da análise estatística, reforçando a consistência interpretativa do estudo.

5.2.1. Bloco A – Perfil dos Participantes e das Entidades Representadas

A caracterização dos participantes permite contextualizar as perspetivas recolhidas e compreender como a posição institucional de cada grupo influencia a interpretação das barreiras ao financiamento.

Gestores de MPMEs: A maioria dos gestores entrevistados exerce atividade empresarial há mais de cinco anos, evidenciando experiência prática acumulada e adaptação às condições do contexto económico nacional. Observa-se, contudo, a presença significativa de situações de informalidade total ou parcial, traduzidas na ausência de registo legal completo, contabilidade estruturada ou cumprimento sistemático de obrigações fiscais. Esta condição tende a limitar o acesso a instrumentos formais de financiamento e a programas públicos de apoio empresarial, reforçando a vulnerabilidade financeira das unidades produtivas.

Técnicos de instituições públicas: Os técnicos entrevistados demonstraram conhecimento das dinâmicas do setor empresarial e reconheceram constrangimentos institucionais que afetam a eficácia das políticas públicas. Entre os principais desafios identificados destacam-se a descontinuidade de programas, a fragmentação institucional e a insuficiência de recursos técnicos e humanos. Tais limitações reduzem a capacidade de implementação e monitorização de medidas de apoio às MPMEs, comprometendo a coerência e sustentabilidade das intervenções.

Profissionais do setor financeiro: Os representantes das instituições financeiras evidenciaram uma perspetiva centrada na gestão de risco e no cumprimento das normas prudenciais. Embora reconheçam as dificuldades enfrentadas pelas empresas de menor dimensão, salientam que a concessão de crédito está condicionada por critérios formais de avaliação, incluindo capacidade de pagamento, histórico financeiro e disponibilidade de garantias reais. A tensão entre inclusão financeira e mitigação de risco surge, assim, como elemento estruturante do discurso institucional.

5.2.2. Bloco B – Obtenção de Crédito

A análise das entrevistas evidencia percepções convergentes quanto às dificuldades associadas ao processo de obtenção de crédito formal, ainda que interpretadas de forma distinta pelos diferentes grupos institucionais.

Gestores de MPMEs: Os gestores caracterizam o processo de solicitação de crédito como administrativamente exigente, destacando a complexidade documental, a morosidade procedimental e a elevada exigência de garantias reais. Adicionalmente, referem que os critérios de avaliação adotados pelas instituições financeiras nem sempre refletem a realidade operacional das micro e pequenas empresas. Estas percepções sugerem a existência de desalinhamento entre os modelos formais de análise de risco e as características estruturais do tecido empresarial local.

Técnicos de instituições públicas: Os representantes do setor público reconhecem que a oferta de produtos financeiros disponíveis apresenta limitada adequação às necessidades específicas das MPMEs. Salientam a inexistência de mecanismos públicos de partilha de risco, como fundos de garantia ou instrumentos de crédito direcionado, bem como a ausência de uma estratégia integrada de promoção do financiamento empresarial. Esta lacuna institucional tende a reforçar a dependência exclusiva do crédito bancário tradicional.

Profissionais do setor financeiro: Os profissionais do setor financeiro enfatizam a necessidade de observância de critérios técnicos rigorosos na concessão de crédito, incluindo avaliação da capacidade de reembolso, consistência documental e histórico financeiro. Segundo os entrevistados, uma parte significativa das candidaturas apresenta insuficiência de informação contabilística ou ausência de registos fiáveis, o que aumenta a percepção de risco e limita a aprovação de financiamento. Paralelamente, reconhecem que o reforço da capacitação empresarial e do acompanhamento técnico poderá melhorar a qualidade das propostas submetidas.

5.2.3. Bloco C – Atividade Não Formalizada e Literacia Financeira

A informalidade empresarial e os níveis de literacia financeira emergem como dimensões centrais na análise qualitativa, sendo consistentemente apontadas como fatores estruturais que condicionam o acesso ao financiamento formal.

Gestores de MPMEs: Uma proporção significativa dos gestores entrevistados declarou operar total ou parcialmente na informalidade. O processo de formalização é descrito como oneroso e administrativamente complexo, sendo frequentemente associado a aumento de encargos fiscais e burocráticos. Verifica-se igualmente limitado domínio de conceitos financeiros fundamentais, incluindo planeamento orçamental, gestão de fluxo de caixa e cálculo de custos. A combinação entre informalidade e reduzida literacia financeira tende a comprometer a organização contabilística e a produção de informação fiável, dificultando a interação com o sistema financeiro formal.

Técnicos de instituições públicas: Os técnicos do setor público identificam a informalidade como obstáculo crítico à eficácia das políticas de apoio empresarial. A ausência de registo formal impede a integração das empresas em bases de dados institucionais, limita a elegibilidade para programas de financiamento e dificulta a monitorização do desempenho económico. Os entrevistados defendem a implementação de programas de capacitação ajustados ao contexto local, com enfoque prático e linguagem acessível, como instrumento de promoção da formalização e da inclusão financeira.

Profissionais do setor financeiro: Na perspetiva das instituições financeiras, a informalidade representa um fator de risco acrescido, na medida em que reduz a disponibilidade de informação histórica e a previsibilidade dos fluxos de caixa. A inexistência de registos contabilísticos estruturados compromete os mecanismos tradicionais de avaliação de solvabilidade. Contudo, os entrevistados reconhecem que o reforço da formação empresarial e o acompanhamento técnico contínuo podem mitigar parte destas limitações, contribuindo para reduzir a opacidade informacional e melhorar a qualidade das candidaturas a crédito.

5.2.4. Bloco D – Estratégias Públicas e Propostas de Melhoria

As propostas apresentadas pelos entrevistados convergem na necessidade de reforçar os mecanismos institucionais de promoção do financiamento às MPMEs, com enfoque na redução de riscos, melhoria da capacitação e maior coordenação entre atores.

Gestores de MPMEs: Os empresários defendem a criação de instrumentos públicos de mitigação de risco, nomeadamente fundos de garantia parcial, linhas de microcrédito com critérios ajustados à realidade das microempresas e programas de formação financeira prévios à submissão de candidaturas. É igualmente salientada a importância de maior envolvimento dos empreendedores nos processos de conceção e implementação de políticas públicas, com vista a assegurar maior adequação às necessidades do setor.

Técnicos de instituições públicas: Os representantes do setor público enfatizam a necessidade de políticas articuladas e de carácter estrutural, evitando intervenções pontuais ou descontinuadas. Defendem maior coordenação interinstitucional entre ministérios, instituições financeiras e organizações da sociedade civil, bem como a institucionalização de experiências-piloto consideradas bem-sucedidas, como fundos rotativos e programas de assistência técnica. A sustentabilidade financeira e operacional das medidas surge como preocupação central.

Profissionais do setor financeiro: Os representantes das instituições financeiras manifestam abertura à criação de mecanismos de partilha de risco, desde que acompanhados de critérios transparentes de elegibilidade e sistemas adequados de supervisão. Destacam ainda a relevância de programas de acompanhamento técnico contínuo às empresas financiadas, de modo a reduzir a probabilidade de incumprimento e reforçar a qualidade da carteira de crédito.

5.2.5. Síntese Final da Análise Qualitativa

A análise qualitativa evidencia que as dificuldades de acesso ao financiamento assumem carácter multidimensional, envolvendo simultaneamente fatores institucionais, organizacionais e comportamentais. Verifica-se convergência entre os diferentes grupos entrevistados quanto à existência de constrangimentos estruturais, ainda que as

interpretações e responsabilidades atribuídas variem consoante a posição institucional de cada ator.

Os resultados sugerem que o problema não se restringe a aspetos administrativos ou técnicos isolados, mas decorre da interação entre exigências formais do sistema financeiro, níveis de informalidade empresarial e limitações ao nível da capacitação financeira dos gestores. Esta interação tende a reforçar a opacidade informacional e a perceção de risco, elementos frequentemente associados, na literatura, a fenómenos de racionamento de crédito.

Adicionalmente, a ausência de mecanismos estruturados de partilha de risco e de coordenação interinstitucional surge como fator que pode limitar a eficácia das políticas de promoção do financiamento empresarial. As propostas identificadas pelos entrevistados apontam para a necessidade de soluções integradas que combinem instrumentos financeiros, capacitação técnica e reformas institucionais.

Em termos analíticos, a evidência qualitativa fornece hipóteses plausíveis acerca dos determinantes do acesso ao crédito, que serão examinadas de forma sistemática através da análise estatística subsequente. Assim, a secção seguinte procede à caracterização descritiva das variáveis incluídas no modelo empírico, permitindo avaliar a consistência entre perceções qualitativas e padrões observados nos dados.

5.3. Análise Descritiva das Variáveis

A presente secção apresenta a análise estatística descritiva das variáveis incluídas no modelo empírico, com o objetivo de caracterizar o perfil das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) e dos seus gestores na amostra. Esta etapa permite compreender a distribuição e incidência das variáveis, avaliar a plausibilidade das hipóteses formuladas e estabelecer uma base consistente para a análise bivariada e a modelação econométrica subsequente. A seguir, apresenta-se inicialmente a variável dependente — acesso ao crédito formal — seguida da caracterização das principais variáveis independentes, organizadas em cinco dimensões analíticas: características estruturais da empresa; estrutura financeira e nível de digitalização; perfil sociodemográfico e capital humano do gestor; práticas de gestão

financeira; e desempenho económico e estrutura setorial. A Tabela 5.1 apresenta a estatística descritiva das MPMEs incluídas na amostra.

Tabela 5.1. – Estatística descritiva das MPMEs incluídas na amostra

Variável	N	Média	Desvio-padrão	Mínimo	Máximo
Acesso ao crédito (1=sim)	103	0,214	0,412	0	1
Idade da empresa (anos)	103	11,60	10,1	1	47
Número de trabalhadores	103	4,72	4,36	1	24
Formalização (1=sim)	103	0,417	0,495	0	1
Conta bancária (1=sim)	103	0,476	0,502	0	1
Reserva financeira (1=sim)	103	0,796	0,405	0	1
Seguro (1=sim)	103	0,117	0,322	0	1
Utiliza meios digitais (1=sim)	103	0,291	0,457	0	1
Idade do gestor (anos)	103	41,17	11,39	23	79
Escolaridade do gestor (anos)	103	11,60	3,55	4	20
Gestor masculino (1=sim)	103	0,767	0,425	0	1
Número de formação	103	0,59	0,8	0	3
Experiência em gestão	103	16,03	10,46	1	53
Formação em finanças (1=sim)	103	0,300	0,460	0	1
Conhece produtos financeiros (1=sim)	103	0,233	0,425	0	1
Orçamento-fluxo de caixa (1=sim)	103	0,194	0,397	0	1
Revisão sistemática de receitas e despesas (1=sim)	103	0,37	0,485	0	1
Separação finanças pessoais/empresa (1=sim)	103	0,417	0,495	0	1
Uso de aplicativos digitais de gestão financeira (1=sim)	103	0,01	0,099	0	1
Confiança em serviços digitais (3=alto; 2=médio; 1=baixa e 0=nenhum)	103	1,427	0,736	0	3
Choque económico últimos 12 meses (1=sim)	103	0,117	0,322	0	1
Preparação para enfrentar nova crise (1=sim)	103	0,087	0,283	0	1
Satisfação financeira (3=satisfeito; 2=pouco satisfeito; 1=insatisfeito)	103	1,485	0,593	1	3
Capacidade de crescer financeiramente nos próximos 2 anos (1=sim)	103	0,757	0,430	0	1
Proprietário tem outras fontes de rendimento (1=sim)	103	0,117	0,322	0	1
Obstáculo específico de género (1=sim)	103	0,126	0,333	0	1
Possui propriedades para garantia (1=sim)	103	0,311	0,465	0	1
Participou em formações financeiras para mulheres (1=sim)	24	0,333	0	0	1
Homens e mulheres têm mesmas oportunidades (1=sim)	103	0,146	0,354	0	1
Volume médio mensal (STN)	41	3.725.980	5.451.090	323.000	28.500.000
Despesas médias mensais (STN)	41	3.071.895	4.313.082	197.000	24.500.000
Lucro médio mensal (STN)	41	682.744	1.045.517	87.000	4.264.000

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos no inquérito às MPMEs (2025)

5.3.1. Acesso ao Crédito

A variável dependente — acesso ao crédito formal — foi operacionalizada de forma dicotômica (1 = obteve crédito; 0 = não obteve crédito). A média observada (0,214) indica que apenas 21,4% das empresas da amostra obtiveram financiamento junto de instituições formais, enquanto 78,6% permaneceram excluídas. Este valor é relativamente baixo quando comparado com evidências internacionais, segundo as quais a proporção de pequenas e médias empresas com acesso a crédito formal tende a ser mais elevada, particularmente em economias desenvolvidas e, ainda que com limitações, em vários países em desenvolvimento (World Bank, 2020; IFC, 2017). Este resultado revela uma estrutura de financiamento marcada por forte restrição quantitativa, consistente com modelos de racionamento de crédito em contextos de elevada assimetria de informação e frágil infraestrutura institucional

A reduzida incidência de crédito sugere que o mercado não opera predominantemente por via de ajustamento de preços (taxa de juro), mas através de mecanismos não-preço, como exigência de garantias reais, critérios qualitativos de avaliação e seleção adversa implícita. A assimetria na distribuição da variável dependente legitima a utilização de regressão logística para estimar a probabilidade condicional de acesso ao crédito, permitindo modelar a decisão das instituições financeiras como função de atributos observáveis da empresa e do gestor. Em termos substantivos, a magnitude da exclusão financeira constitui evidência empírica robusta da relevância do problema investigado.

5.3.2. Características das Empresas

A idade média das empresas é de 11,6 anos (DP = 10,1), evidenciando elevada heterogeneidade temporal. Na literatura de financiamento empresarial, a idade é frequentemente interpretada como *proxy* de reputação acumulada e histórico verificável de desempenho, reduzindo a incerteza informacional. Contudo, a dispersão observada indica a coexistência de empresas consolidadas e unidades ainda em processo de legitimação institucional, o que pode gerar assimetria no acesso ao crédito.

A dimensão média das empresas é de 4,72 trabalhadores (DP = 4,36), confirmando a predominância de microempresas na amostra. A reduzida escala operacional limita

economias de escala, diversificação de receitas e disponibilidade de ativos colaterais, fatores tradicionalmente associados a menor risco percebido pelos credores.

Em termos institucionais, apenas 41,7% das empresas se encontram formalmente registradas e 47,6% possuem conta bancária, indicando uma integração parcial no sistema financeiro formal. Esta realidade revela fragilidade institucional do tecido empresarial, uma vez que a informalidade aumenta a opacidade informacional e restringe a produção de dados auditáveis, dificultando processos de avaliação de risco baseados em informação objetiva.

Relativamente à estrutura financeira das empresas, observa-se que 79,6% possuem reservas financeiras, sugerindo predominância de estratégias de autofinanciamento e acumulação preventiva de liquidez. Em contextos de crédito restrito, tal comportamento pode ser interpretado como resposta racional à incerteza e à ausência de mecanismos eficazes de partilha de risco. Contudo, apenas 11,7% dispõem de seguro empresarial, evidenciando reduzida utilização de instrumentos formais de mitigação de risco. Esta combinação — elevada poupança interna e baixa cobertura securitária — sugere substituição imperfeita entre mecanismos formais e informais de gestão de risco.

O grau de digitalização das empresas revela-se igualmente limitado: 29,1% utilizam meios digitais e apenas 1% recorre a aplicações estruturadas de gestão financeira. A literatura recente sobre inclusão financeira digital sublinha que a rastreabilidade eletrónica das transações reduz custos de monitorização e melhora a qualidade da informação creditícia. A fraca adoção tecnológica observada pode, portanto, reforçar a persistência de assimetrias de informação.

No que se refere às garantias reais, apenas 31,1% das empresas possuem ativos utilizáveis como colateral. Em sistemas financeiros com limitada sofisticação informacional, o colateral constitui um instrumento central de mitigação de risco e mecanismo de alinhamento de incentivos. A escassez de garantias tangíveis sugere, assim, a existência de uma barreira estrutural ao financiamento, independentemente da viabilidade económica dos projetos empresariais.

A análise das variáveis financeiras, calculadas com base em 41 observações válidas, indica que o volume médio mensal de receitas das empresas é de 3.725.980 STN, enquanto as

despesas médias mensais atingem 3.071.895 STN, resultando num lucro médio mensal de 682.744 STN. Apesar de, em média, as receitas superarem as despesas, os desvios-padrão superiores às respectivas médias evidenciam elevada dispersão e volatilidade dos fluxos financeiros. Esta heterogeneidade reflete diferenças na escala e estabilidade do desempenho económico das MPMEs e pode aumentar o risco percebido pelas instituições financeiras, sobretudo na ausência de registos contabilísticos estruturados.

Por fim, a distribuição setorial das empresas da amostra revela forte concentração no setor dos serviços, que representa 82,5% das empresas, incluindo atividades de comércio, serviços diversos e turismo. O setor agrícola corresponde a 13,6% da amostra, enquanto apenas 5,8% pertencem ao setor industrial, essencialmente indústria transformadora. Esta estrutura é consistente com a configuração geral do tecido empresarial de São Tomé e Príncipe, caracterizado por forte predominância do setor terciário e limitada diversificação produtiva, típica de economias de pequena dimensão e fortemente orientadas para atividades comerciais e de serviços.

5.3.3. Características, Comportamentos e Opinião dos Gestores

Os gestores apresentam idade média de 41,17 anos, escolaridade média de 11,6 anos e experiência empresarial média de 16,03 anos, evidenciando um perfil caracterizado por relativa maturidade e acumulação de experiência na gestão dos negócios. No que respeita ao género, observa-se uma predominância de gestores do sexo masculino (76,7%), refletindo a estrutura do tecido empresarial no contexto santomense. No plano das perceções, 55,3% dos inquiridos consideram que o género pode influenciar o acesso ao crédito, sugerindo a existência de fatores socioculturais que poderão afetar, direta ou indiretamente, a inclusão financeira.

Apesar da experiência acumulada, apenas 30% dos gestores possuem formação formal em finanças, 23,3% afirmam conhecer os produtos financeiros disponíveis e 19,4% elaboram orçamento e fluxo de caixa de forma sistemática. Estes resultados evidenciam uma discrepância entre experiência prática e formalização de competências financeiras, sugerindo a predominância de um capital humano essencialmente empírico.

A análise das práticas de gestão financeira revela igualmente um baixo grau de institucionalização. Apenas 37% dos gestores afirmam realizar revisão sistemática de receitas e despesas, evidenciando fraca formalização dos mecanismos de controlo financeiro. De igual modo, apenas 41,7% dos gestores separam as finanças pessoais das empresariais, prática fundamental para assegurar transparência patrimonial e avaliação objetiva do desempenho do negócio, enquanto apenas 19,4% realizam planeamento orçamental estruturado.

Estes resultados sugerem que, embora os gestores apresentem experiência relevante, persistem limitações ao nível das competências financeiras e das práticas de gestão formal, o que pode comprometer a qualidade da informação disponibilizada às instituições financeiras. Em termos teóricos, estas limitações reforçam problemas de assimetria de informação e podem afetar negativamente a avaliação de risco e a probabilidade de acesso ao crédito.

5.4. Análise Bivariável

A análise bivariada foi conduzida com o objetivo de examinar diferenças entre grupos e identificar associações entre variáveis relacionadas com literacia financeira, práticas de gestão e características empresariais, bem como o seu relacionamento com o acesso ao crédito pelas MPMEs em São Tomé e Príncipe.

Em particular, procurou-se verificar se o nível de literacia financeira difere entre empresas que adotam e que não adotam determinadas práticas de gestão financeira. Para esse efeito, foram aplicados testes t para amostras independentes, comparando as médias do índice de literacia financeira entre os dois grupos.

Adicionalmente, foram utilizados testes t para avaliar diferenças de médias entre empresas com e sem acesso ao crédito, bem como o teste do qui-quadrado de Pearson para analisar associações entre variáveis categóricas. De forma a sintetizar os resultados obtidos, apresenta-se na Tabela 5.2 um resumo das principais evidências empíricas da análise bivariada realizada. A tabela reúne os resultados dos testes estatísticos aplicados, permitindo uma comparação clara entre os diferentes grupos analisados. Esta sistematização facilita a interpretação dos padrões identificados e das relações observadas entre as variáveis em estudo.

Tabela: 5.2 - Análise bivariada: Resultados dos testes de diferença de médias e associação.

Variável	Grupo 1	Grupo 2	Estatística	p
Literacia financeira e práticas de gestão	Não utiliza prática	Utiliza prática		
Separação entre finanças pessoais e da empresa	0,15 (0,30)	0,73 (0,33)	t = -9,34	< .001
Orçamento / controlo de fluxo de caixa	0,27 (0,36)	0,92 (0,18)	t = -7,84	< .001
Revisão periódica de receitas e despesas	0,17 (0,29)	0,76 (0,35)	t = -9,27	< .001
Características da empresa	Sem crédito	Com crédito		
Idade da empresa (anos)	11,68 (9,78)	11,32 (11,39)	t = 0,15	.883
Número de empregados	3,98 (3,41)	7,45 (6,18)	t = -3,49	< .001
Características do gestor	Sem crédito	Com crédito		
Literacia financeira	0,30 (0,39)	0,73 (0,35)	t = -4,62	< .001
Experiência de gestão (anos)	15,74 (10,48)	17,09 (10,56)	t = -0,53	.594
Associação entre variáveis categóricas (Qui-quadrado)				
Setor de atividade × acesso ao crédito	—	—	$\chi^2 = 2,34$	.673
Formação financeira × acesso ao crédito	—	—	$\chi^2 = 25,76$	< .001

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos no inquérito às MPMEs (2025)

Os resultados da análise bivariada evidenciam, em primeiro lugar, diferenças estatisticamente significativas no nível de literacia financeira entre empresas que adotam e aquelas que não adotam práticas formais de gestão financeira. Em particular, empresas que separam as finanças pessoais das empresariais, elaboram orçamentos ou controlos de fluxo de caixa e realizam revisões periódicas de receitas e despesas apresentam níveis significativamente mais elevados de literacia financeira ($p < .001$ em todos os casos). Estes resultados sugerem que gestores com maior conhecimento financeiro tendem a adotar práticas de gestão mais estruturadas, refletindo um maior grau de formalização e organização na gestão financeira das empresas.

No que se refere às características empresariais associadas ao acesso ao crédito, os resultados indicam que não existem diferenças estatisticamente significativas na idade da empresa entre empresas com e sem acesso ao crédito ($p = .883$). Este resultado sugere que a antiguidade da empresa, por si só, não constitui um fator determinante para a obtenção de financiamento formal.

Em contraste, observa-se que empresas com maior número de empregados apresentam maior probabilidade de acesso ao crédito ($p < .001$). Este resultado indica que a dimensão empresarial pode funcionar como um sinal de maior capacidade operacional e de menor risco

percebido pelas instituições financeiras, aumentando assim a probabilidade de obtenção de financiamento.

Relativamente às características do gestor, verifica-se que empresas cujos gestores apresentam níveis mais elevados de literacia financeira demonstram maior probabilidade de acesso ao crédito ($p < .001$). Este resultado reforça a importância das competências financeiras na preparação de pedidos de financiamento, na compreensão dos requisitos das instituições financeiras e na gestão eficaz dos recursos obtidos.

Por outro lado, não se observaram diferenças estatisticamente significativas na experiência de gestão entre empresas com e sem acesso ao crédito ($p = .594$), sugerindo que a experiência do gestor, isoladamente, não constitui um fator decisivo na obtenção de financiamento.

No que diz respeito às associações entre variáveis categóricas, os resultados do teste do qui-quadrado indicam que não existe uma associação estatisticamente significativa entre o setor de atividade e o acesso ao crédito ($p = .673$), sugerindo que o financiamento não se encontra sistematicamente condicionado pelo ramo de atividade das empresas. Em contraste, observa-se uma associação estatisticamente significativa entre formação financeira e acesso ao crédito ($p < .001$), indicando que gestores com formação específica na área financeira apresentam maior probabilidade de obter financiamento.

De forma geral, os resultados da análise bivariada sugerem que as competências financeiras dos gestores e a dimensão das empresas constituem fatores relevantes associados ao acesso ao crédito, enquanto variáveis estruturais como a idade da empresa, a experiência de gestão e o setor de atividade parecem desempenhar um papel menos determinante.

5.5. Análise Multivariada: Regressão Logística

Após a análise bivariada, estimou-se um modelo de regressão logística com o objetivo de identificar os determinantes do acesso ao crédito pelas MPMEs, considerando simultaneamente o efeito das variáveis explicativas. A variável dependente corresponde à obtenção de empréstimo junto de uma instituição financeira formal (0 = não; 1 = sim).

As variáveis explicativas incluídas no modelo captam características da empresa e do gestor, bem como indicadores de capital humano financeiro e práticas de gestão. A Tabela 5.3 apresenta a definição e operacionalização das variáveis utilizadas na estimação do modelo.

Tabela 5.3 – Definição e operacionalização das variáveis utilizadas no modelo *logit*

Variável	Descrição	Tipo	Codificação / Unidade
Empréstimo	Variável dependente que indica se a empresa obteve crédito formal junto de uma instituição financeira	Dummy	1 = obteve empréstimo; 0 = não obteve
Idade da empresa	Número de anos desde a criação da empresa	Contínua	Anos
Número de Empregados	Número total de trabalhadores empregados na empresa	Contínua	Número de trabalhadores
Localização Urbana	Localização da empresa em área urbana	Dummy	1 = urbana; 0 = rural
Registada	Indica se a empresa está formalmente registada	Dummy	1 = empresa registada; 0 = não registada
Serviços	Empresa pertence ao sector dos serviços	Dummy	1 = serviços; 0 = outros sectores
Indústria	Empresa pertence ao sector industrial	Dummy	1 = indústria; 0 = outros sectores
Literacia Financeira	Índice de literacia financeira do gestor, construído a partir de questões sobre inflação, juros e risco. O índice indica fração de respostas corretas.	Índice	Varia entre 0 e 1
Género Masculino	Sexo do gestor da empresa	Dummy	1 = masculino; 0 = feminino
Escolaridade	Número de anos de escolaridade do gestor	Contínua	Anos
Formação Financeira	Indica se o gestor recebeu formação financeira ou em gestão	Dummy	1 = recebeu formação; 0 = não recebeu
Experiência Gestão	Número de anos de experiência do gestor na gestão de negócios	Contínua	Anos

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos no inquérito às MPMEs (2025)

Após a definição das variáveis, procedeu-se à estimação do modelo logit para avaliar os fatores associados à probabilidade de obtenção de crédito pelas MPMEs (ver Tabela 5.4). Este modelo permite analisar o efeito simultâneo de diferentes características das empresas e dos gestores sobre a probabilidade de acesso ao financiamento. Adicionalmente, possibilita identificar quais variáveis apresentam maior relevância estatística na explicação desse acesso, controlando pelos restantes fatores incluídos na análise.

Tabela: 5.4 - Determinantes do acesso ao crédito – regressão logística (*logit*)

Variáveis	Modelo (1)		Modelo (2)	
	OR	p-value	OR	p-value
Características da empresa				
Idade da empresa	0.970	0.437		
Número de empregados	1.085	0.310	1.114*	0.085
Localização urbana	0.855	0.854		
Empresa registada	0.977	0.978		
Sector serviços	0.420	0.417	0.471	0.307
Sector indústria	0.670	0.773		
Características do gestor				
Literacia financeira	5.436	0.128	6.791**	0.020
Género masculino	0.856	0.850		
Escolaridade (anos)	1.113	0.500		
Formação financeira	7.392***	0.004	9.134***	0.000
Experiência de gestão	1.018	0.609		
Constante	0.019**	0.025	0.034***	0.000
Nº de Observações	103		103	
LR chi²	37.79		36.36	
Prob > chi²	0.0001		0.0000	
Pseudo R²	0.3537		0.3403	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados recolhidos no inquérito às MPMEs (2025)

Valores apresentados como odds ratios. Variável dependente: obtenção de empréstimo (1 = sim). *** p < 0.01, ** p < 0.05, * p < 0.10.

Inicialmente, foi estimado um modelo completo (Modelo 1), incluindo simultaneamente variáveis relativas às características da empresa e do gestor. Os resultados do Modelo (1) indicam que, entre as variáveis consideradas, apenas a formação financeira do gestor apresenta um efeito estatisticamente significativo sobre a probabilidade de acesso ao crédito (OR = 7,392; p = .004). Isto significa que os gestores com formação financeira apresentam um rácio da probabilidade de obter crédito versus probabilidade de não obter crédito aproximadamente sete vezes superior ao rácio observado para gestores sem formação financeira.

Embora a variável literacia financeira apresente um efeito positivo relativamente elevado (OR = 5,436), o seu nível de significância estatística é relativamente baixo (p = .128), não atingindo os níveis convencionais de significância estatística. De forma semelhante, as restantes variáveis incluídas no modelo — idade da empresa, número de empregados, localização urbana, registo formal da empresa, setor de atividade, género do gestor, escolaridade e experiência de gestão — não apresentam efeitos estatisticamente significativos.

Esta ausência de significância estatística para várias variáveis pode estar associada ao número relativamente reduzido de observações (N = 103), o que tende a limitar o poder estatístico do modelo e dificultar a identificação de efeitos significativos.

Face a estes resultados, procedeu-se à estimação de um segundo modelo (Modelo 2), no qual foram removidas as variáveis com valores de p mais elevados, com o objetivo de obter uma especificação mais parcimoniosa e identificar de forma mais clara os principais determinantes do acesso ao crédito.

Os resultados do Modelo (2) indicam que a formação financeira do gestor permanece fortemente associada à probabilidade de obtenção de crédito, apresentando um efeito positivo e estatisticamente significativo ($OR = 9,134$; $p < .001$). Este resultado sugere que gestores com formação financeira apresentam uma probabilidade substancialmente maior de obter financiamento, possivelmente devido à sua maior capacidade de compreender os requisitos das instituições financeiras, preparar documentação adequada e gerir processos de candidatura ao crédito.

Adicionalmente, a literacia financeira apresenta igualmente um efeito positivo e estatisticamente significativo ($OR = 6,791$; $p = .020$), indicando que níveis mais elevados de conhecimento financeiro estão associados a maiores *odds* de obtenção de crédito, o que reforça o papel das competências financeiras na credibilidade empresarial e na interação com instituições financeiras.

Por sua vez, a variável número de empregados apresenta significância estatística apenas ao nível de 10% ($OR = 1,114$; $p = .085$), sugerindo que empresas de maior dimensão podem apresentar maior probabilidade de acesso ao crédito, possivelmente por sinalizarem maior capacidade produtiva e menor risco operacional.

O modelo é globalmente significativo ($LR \chi^2 = 36,36$; $p < .001$) e apresenta um Pseudo R^2 de 0,34, indicando uma capacidade explicativa moderada do modelo na explicação da probabilidade de acesso ao crédito.

De forma geral, os resultados sugerem que as competências financeiras dos gestores — particularmente a formação financeira e a literacia financeira — constituem fatores centrais associados ao acesso ao crédito pelas MPMEs, enquanto outras características empresariais e individuais parecem desempenhar um papel menos determinante no contexto analisado.

5.6. Discussão dos Resultados

Os resultados empíricos obtidos são consistentes, no contexto de São Tomé e Príncipe, com o modelo conceptual multidimensional desenvolvido no Capítulo 2. Conforme discutido na revisão da literatura, as restrições ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) não resultam de um único fator isolado, mas da interação entre imperfeições informacionais, limitações estruturais das empresas e características institucionais do sistema financeiro. A evidência empírica obtida neste estudo reforça a relevância desta abordagem integrada, sugerindo que o acesso ao crédito depende simultaneamente de fatores associados ao capital humano do gestor, à estrutura organizacional da empresa e às condições institucionais do mercado financeiro.

De forma geral, os resultados indicam que as restrições financeiras enfrentadas pelas MPMEs em São Tomé e Príncipe refletem um conjunto de mecanismos amplamente discutidos na literatura internacional sobre financiamento empresarial. Entre estes destacam-se as assimetrias de informação entre credores e mutuários, a elevada dependência de garantias reais, a limitada formalização das práticas de gestão e a reduzida capacidade de produção de informação financeira estruturada. Estes fatores tendem a aumentar o risco percebido pelas instituições financeiras e, conseqüentemente, a restringir o acesso ao crédito formal.

Os resultados obtidos indicam igualmente que empresas com níveis mais elevados de literacia financeira apresentam maior probabilidade de acesso ao crédito e maior propensão para adotar práticas formais de gestão financeira. Esta evidência está em consonância com a literatura que reconhece a literacia financeira como um elemento central do capital humano empresarial, influenciando tanto a qualidade da gestão como a capacidade das empresas de interagir de forma eficaz com o sistema financeiro (Lusardi & Mitchell, 2013; Xu & Zia, 2012). Estudos empíricos demonstram que o reforço das competências financeiras dos gestores contribui para melhorar as práticas de gestão empresarial e facilitar o acesso a instrumentos financeiros formais (Bruhn & Zia, 2011). Os resultados desta investigação corroboram este mecanismo, evidenciando que empresas que separam as finanças pessoais das empresariais, elaboram orçamentos estruturados e realizam controlo sistemático do fluxo de caixa apresentam níveis significativamente superiores de literacia financeira.

Do ponto de vista teórico, estes resultados podem ser interpretados à luz do modelo de racionamento de crédito desenvolvido por Stiglitz e Weiss (1981), segundo o qual a assimetria de informação entre mutuários e instituições financeiras pode conduzir à exclusão de empresas potencialmente solventes do mercado de crédito. No contexto santomense, a literacia financeira parece desempenhar um papel relevante na mitigação desta falha de mercado, ao contribuir para a melhoria da qualidade da informação financeira disponibilizada pelas empresas e reduzir a opacidade informacional enfrentada pelos credores. Gestores com maior domínio de conceitos financeiros tendem igualmente a possuir maior capacidade para preparar documentação adequada, compreender os requisitos bancários e comunicar informação relevante às instituições financeiras (OECD, 2015). Neste sentido, a literacia financeira pode ser interpretada como um mecanismo que facilita a interação entre empresas e instituições financeiras, aumentando a credibilidade das empresas perante os credores.

A evidência empírica de que empresas com maior número de empregados apresentam maior probabilidade de acesso ao crédito confirma a vulnerabilidade estrutural das microempresas ao racionamento de crédito, fenómeno amplamente documentado na literatura sobre financiamento das pequenas empresas (Beck et al., 2005). Empresas de menor dimensão tendem a enfrentar maiores níveis de opacidade informacional, menor disponibilidade de garantias reais e maiores custos de avaliação por parte das instituições financeiras, fatores que frequentemente levam os bancos a adotar critérios mais conservadores na concessão de crédito (Berger & Udell, 1995). Neste sentido, a dimensão empresarial pode funcionar como um sinal indireto de estabilidade económica e capacidade de geração de fluxos de caixa, uma vez que empresas de maior dimensão tendem a apresentar maior diversificação de atividades, maior volume de transações e maior visibilidade económica.

Por outro lado, a ausência de efeito estatisticamente significativo da idade da empresa e da experiência de gestão sugere que a longevidade empresarial, isoladamente, não constitui um indicador suficiente de solvência financeira. Este resultado reforça a ideia de que a qualidade da informação financeira e a formalização das práticas de gestão tendem a desempenhar um papel mais relevante na avaliação de risco por parte das instituições financeiras. No contexto de São Tomé e Príncipe, caracterizado por um sistema financeiro de pequena dimensão e por elevados níveis de informalidade empresarial, estas limitações

tornam-se particularmente relevantes. A escassez de informação estruturada sobre o desempenho económico das empresas pode levar as instituições financeiras a depender mais fortemente de indicadores indiretos de risco, como a dimensão da empresa ou a disponibilidade de garantias reais.

A formação financeira do gestor revelou-se um dos determinantes mais relevantes do acesso ao crédito no modelo multivariado estimado, resultado que confirma a literatura que associa competências de gestão e educação financeira à melhoria da capacidade das empresas de mobilizar financiamento externo (Bruhn & Zia, 2011; OECD, 2015). Gestores com formação financeira tendem a possuir maior capacidade para estruturar pedidos de crédito, compreender os critérios de avaliação utilizados pelas instituições financeiras e gerir riscos financeiros associados à atividade empresarial. Estas competências contribuem para reduzir a incerteza enfrentada pelos credores e aumentar a confiança no potencial de reembolso das empresas. Neste sentido, o capital humano do gestor pode ser interpretado como um mecanismo importante de redução das assimetrias de informação nos mercados de crédito, na medida em que gestores mais qualificados tendem a produzir informação financeira mais estruturada e transparente, facilitando o processo de avaliação de risco pelas instituições financeiras.

Por fim, a inexistência de associação estatisticamente significativa entre o setor de atividade e o acesso ao crédito sugere que as restrições financeiras observadas não são específicas de determinados ramos económicos, mas refletem limitações estruturais mais amplas do sistema financeiro. Este resultado está em linha com estudos que demonstram que fragilidades institucionais e limitações no funcionamento dos mercados financeiros tendem a afetar transversalmente as pequenas empresas (Beck & Demirgüç-Kunt, 2006). Em contextos caracterizados por elevados níveis de informalidade empresarial e limitada disponibilidade de informação financeira estruturada, as instituições financeiras tendem a adotar critérios conservadores de concessão de crédito, frequentemente baseados na disponibilidade de garantias reais e na qualidade da informação fornecida pelos mutuários (Ogubazghi & Muturi, 2014; Benjamin & Mbaye, 2020; La Porta & Shleifer, 2014). Assim, os resultados sugerem que o acesso ao crédito em São Tomé e Príncipe depende mais da capacidade informacional e organizacional das empresas do que do setor económico em que estas operam.

6. CONCLUSÃO

A presente dissertação teve como objetivo analisar, de forma integrada, os fatores que dificultam o acesso ao financiamento pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) em São Tomé e Príncipe, considerando simultaneamente determinantes microeconómicos, institucionais e comportamentais.

Os resultados obtidos permitem responder de forma clara ao problema central de investigação: o acesso ao crédito formal pelas MPMEs santomenses é condicionado por um conjunto de fatores interligados, destacando-se, de forma particularmente robusta, as competências financeiras dos gestores, a dimensão empresarial e as fragilidades institucionais do sistema financeiro.

Em primeiro lugar, a evidência empírica demonstrou que a **formação financeira** e a **literacia financeira** constituem os determinantes mais significativos da probabilidade de obtenção de crédito. A regressão logística revelou que gestores com formação financeira apresentam probabilidade substancialmente superior de acesso ao financiamento, mesmo quando controladas outras variáveis estruturais. Este resultado confirma a relevância do capital humano específico como mecanismo de redução da assimetria de informação entre empresas e instituições financeiras.

Em segundo lugar, verificou-se que a dimensão empresarial, medida pelo número de trabalhadores, exerce influência positiva (ainda que com significância estatística marginal no modelo final), sugerindo que empresas de maior escala são percecionadas como menos arriscadas. Em contrapartida, variáveis tradicionalmente associadas à maturidade empresarial, como idade da empresa e experiência do gestor, não se revelaram estatisticamente determinantes, indicando que a qualidade da informação financeira e a organização interna superam o fator temporal como critério de avaliação do risco.

Em terceiro lugar, a análise qualitativa reforçou que as dificuldades de acesso ao financiamento não decorrem exclusivamente de limitações internas das empresas. Fatores externos, como exigência elevada de garantias reais, ausência de mecanismos públicos de partilha de risco, burocracia administrativa e reduzida diversificação de produtos financeiros, contribuem para um ambiente de crédito estruturalmente restritivo.

Assim, os resultados indicam que o acesso ao financiamento pelas MPEs em São Tomé e Príncipe resulta da interação de diversos fatores estruturais e empresariais, nomeadamente imperfeições informacionais entre empresas e instituições financeiras, limitações no capital humano financeiro dos gestores, a reduzida dimensão produtiva das empresas, a escassez de garantias reais disponíveis para colateral e fragilidades institucionais associadas ao funcionamento do sistema financeiro.

Relativamente aos objetivos específicos definidos no Capítulo 1, conclui-se que foi possível identificar e caracterizar os principais obstáculos estruturais e comportamentais ao acesso ao financiamento. Adicionalmente, a análise empírica permitiu estimar o impacto de variáveis microeconómicas na probabilidade de obtenção de crédito, confirmando a relevância da literacia e da formação financeira dos gestores. O estudo também analisou a influência do contexto institucional com base em evidência qualitativa e permitiu identificar lacunas existentes nas políticas públicas e nos instrumentos de apoio destinados ao financiamento das MPEs.

Do ponto de vista do contributo científico, o estudo preenche uma lacuna empírica relevante no contexto santomense, ao combinar análise econométrica com evidência qualitativa, oferecendo uma abordagem integrada sobre o financiamento das MPMEs numa economia insular de pequena dimensão.

Em termos práticos, os resultados sugerem que políticas públicas orientadas exclusivamente para a expansão da oferta de crédito poderão revelar-se insuficientes se não forem acompanhadas por programas estruturados de capacitação financeira empresarial e mecanismos institucionais de mitigação de risco.

6.1. Limitações do Estudo

Apesar do rigor metodológico adotado, o presente estudo apresenta algumas limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, a amostra utilizada na componente quantitativa, composta por 103 empresas, foi selecionada através de amostragem não probabilística por conveniência, devido à inexistência de um registo empresarial completo. Este procedimento limita a generalização estatística dos resultados à totalidade das MPMEs do país. Para além disso, a amostra é relativamente reduzida, o que

pode explicar a falta de significância estatística de algumas das variáveis independentes consideradas.

Em segundo lugar, parte dos dados recolhidos baseia-se em informação autorreportada pelos gestores, o que pode introduzir enviesamentos associados à perceção subjetiva, memória imprecisa ou efeitos de desejabilidade social. Em terceiro lugar, a natureza transversal do estudo impede a análise de relações causais ao longo do tempo, não permitindo avaliar de que forma alterações nas competências financeiras dos gestores poderiam influenciar o acesso ao crédito em diferentes períodos.

Adicionalmente, registaram-se alguns constrangimentos logísticos e temporais durante o trabalho de campo, nomeadamente dificuldades de deslocação a zonas rurais e limitações financeiras que restringiram a possibilidade de ampliar a amostra. Por fim, a modelação econométrica concentrou-se num conjunto específico de variáveis, podendo outros fatores institucionais ou macroeconómicos não incluídos no modelo também influenciar o acesso ao financiamento.

Apesar destas limitações, considera-se que elas não comprometem a validade interna do estudo, recomendando-se apenas cautela na extrapolação dos resultados para o universo total das MPMEs em São Tomé e Príncipe.

6.2. Pesquisas Futuras

Com base nas limitações identificadas e nos resultados obtidos, podem ser sugeridas diversas linhas de investigação futura. Em primeiro lugar, recomenda-se a realização de estudos com amostras probabilísticas e de maior dimensão, de forma a aumentar a robustez estatística e permitir uma maior generalização dos resultados.

Em segundo lugar, seria pertinente desenvolver análises longitudinais que acompanhem as empresas ao longo do tempo, possibilitando avaliar se melhorias na literacia financeira ou na formalização empresarial contribuem efetivamente para uma maior inclusão financeira.

Adicionalmente, futuras investigações poderão explorar a influência do contexto macroeconómico e institucional sobre o acesso ao financiamento, nomeadamente através da

análise de indicadores como as taxas de juro, a estrutura da regulamentação bancária ou o desenvolvimento dos sistemas de informação creditícia. Contudo, a incorporação deste tipo de variáveis exige frequentemente dados comparativos entre países ou séries temporais mais extensas, dado que os fatores institucionais tendem a apresentar reduzida variação ao longo do tempo, sobretudo em economias de pequena dimensão.

Estudos comparativos entre países insulares africanos poderão igualmente revelar-se relevantes, permitindo avaliar se os constrangimentos identificados em São Tomé e Príncipe seguem padrões semelhantes noutras economias de pequena escala e com estruturas institucionais comparáveis

Por fim, sugere-se aprofundar a análise da dimensão de género no acesso ao financiamento, explorando potenciais desigualdades estruturais através da utilização de abordagens econométricas complementares. Estudos futuros poderão, por exemplo, recorrer a modelos de regressão logística com interações entre género e outras características empresariais (como dimensão da empresa, nível de escolaridade do gestor ou grau de formalização), bem como a análises comparativas entre empresas lideradas por homens e por mulheres. Estas abordagens poderão permitir identificar de forma mais detalhada se o género do gestor influencia diferentemente a probabilidade de acesso ao crédito em função de outros fatores estruturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abbasi, K., Alam, A., Brohi, N., Brohi, I., & Nasim, S. (2021). P2P lending fintechs and SMEs' access to finance. *Economics Letters*, 204, 109890. doi:<https://doi.org/10.1016/j.econlet.2021.109890>
- Abu, N., Silva, F., & Vieira, P. (2025). Government support for SMEs in the Fintech era: Enhancing access to finance, survival, and performance. *Digital Business*, 5, 100099. doi:<https://doi.org/10.1016/j.digbus.2024.100099>
- ACI Worldwide. (2024). Real-Time Payments: Economic Impact and Financial Inclusion. *ACI Worldwide; The Centre for Economics and Business Research*.
- African Development Bank. (2015). *AfDB commits to rehabilitate infrastructure for food security in São Tomé and Príncipe*. African Development Bank Group. Obtido de <https://www.afdb.org/pt/news-and-events/afdb-commits-to-rehabilitate-infrastructure-for-food-security-in-sao-tome-and-principe-14413>
- African Development Bank. (2023). *African economic outlook 2023: São Tomé and Príncipe*. African Development Bank, Abidjan. Obtido de <https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2023>
- African Development Bank. (2024). *African Economic Outlook 2024: São Tomé and Príncipe country note*. African Development Bank Group, Abidjan. Obtido de <https://www.afdb.org>
- African Development Bank Group. (2024). *São Tomé and Príncipe: Country strategy paper 2024–2029*. African Development Bank. Obtido de <https://www.afdb.org/en/documents/sao-tome-and-principe-country-strategy-paper-2024-2029>
- Akcigit, U., Seven, U., Yarba, I., & Yilmaz, F. (2024). Firm-level impact of public credit guarantees. *European Economic Review*, 170, 104861. doi:<https://doi.org/10.1016/j.eurocorev.2024.104861>
- Alliance for Financial Inclusion / African Financial Inclusion Policy Initiative. (2024). *AfPI gender inclusive finance policy framework*. AFI, Kuala Lumpur.
- Alliance for Financial Inclusion. (2020). *Policy framework for women's financial inclusion in Africa*. AFI, Kigali (opcional no Word).

- Aragão, K. (30 de agosto de 2015). *Governo são-tomense lança Programa Empreendedorismo Jovem*. (Medium, Ed.) Obtido de <https://bkup.stpdigital.net/2015/08/30/governo-sao-tomense-lanca-programa-empreendedorismo-jovem/>
- Arraiz, I., & Melendez, M. (2013). Barriers to SME financing in developing countries: Evidence from banking practices. doi:<https://ssrn.com/abstract=2331516>
- Aterido, R., Beck, T., & Iacovone, L. (2013). Access to Finance in Sub-Saharan Africa: Is There a Gender Gap? *World Development*, 47, 102–120. doi:10.1016/j.worlddev.2013.02.013
- Atkinson, A., & Messy, F. (2012). *Measuring financial literacy: Results of the OECD/INFE pilot study*. Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), Paris.
- Ayyagari, M., Demirgüç-Kunt, A., & Maksimovic, V. (2006). *How important are financing constraints? The role of finance in the business environment*. The World Bank. Washington, DC: Policy Research Working Paper No. 3820. Obtido de <http://econ.worldbank.org>
- Ayyagari, M., Demirguc-Kunt, A., & Maksimovic, V. (2012). *Financing of firms in developing countries: Lessons from research*. The World Bank. Washington, DC: Policy Research Working Paper No. 6036. Obtido de <http://econ.worldbank.org>
- Banco Central de São Tomé e Príncipe. (2021). *National financial inclusion strategy 2021–2025*. Alliance for Financial Inclusion. Obtido de <https://www.afi-global.org/wp-content/uploads/2024/10/National-Financial-Inclusion-Strategy-STP1.pdf>
- Banco de Portugal. (2023). *Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste 2023-2024*. Banco de Portugal, Lisboa. Obtido de <https://www.bportugal.pt>
- Basha, S., Bennisr, H., & Goaid, M. (2023). Financial literacy, financial development, and leverage of small firms. *International Review of Financial Analysis*, 86, 102510. doi:<https://doi.org/10.1016/j.irfa.2023.102510>
- Beck, T., & Cull, R. (2014). SME finance in Africa. *Journal of African Economies*, 23(5), 583–613. doi:<https://doi.org/10.1093/jae/eju016>
- Beck, T., & Demirgüç-Kunt, A. (2006). Small and medium-size enterprises: Access to finance as a growth constraint. *Journal of Banking & Finance*, 30(11), 2931–2943. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2006.05.009>
- Beck, T., Demirgüç-Kunt, A., & Maksimovic, V. (2005). Financial and legal constraints to growth: Does firm size matter? *The Journal of Finance*, 60(1), 137–177. doi:<https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.2005.00727.x>

- Beck, T., Demirgüç-Kunt, A., & Maksimovic, V. (2006). Small and medium-size enterprises: Access to finance as a growth constraint. *Journal of Banking & Finance*, 30(11), 2931–2943. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2006.05.009>
- Benjamin, N., & Mbaye, A. (2020). The informal sector in Francophone Africa. *International Monetary Fund*.
- Berger, A., & Udell, G. (1995). Relationship lending and lines of credit in small firm finance. *Journal of Business*, 68(3), 351–382. doi:https://scholarcommons.sc.edu/fin_facpub
- Bester, H. (1985). Screening vs. Rationing in Credit Markets with Imperfect Information. *The American Economic Review*, 75(4), 850–855.
- Boot, A., & Thakor, A. (1994). Moral hazard and secured lending in an infinitely repeated credit market game. *International Economic Review*, 35(4), 899–920.
- Bouri, A., Breij, M., Diop, M., Kempner, R., Klinger, B., & Stevenson, K. (2011). *Report on support to SMEs in developing countries through financial intermediaries*. Dalberg Global Development Advisors.
- Brixiová, Z., Kangoye, T., & Yogo, T. (2020). Access to finance among small and medium-size enterprises and job creation in Africa. *Structural Change and Economic Dynamics*, 5, 177–189. doi:<https://doi.org/10.1016/j.strueco.2020.08.008>
- Bruhn, M., & Zia, B. (2011). *Stimulating managerial capital in emerging markets: The impact of business and financial literacy for young entrepreneurs*. The World Bank, Washington, DC. doi:<http://econ.worldbank.org>
- Buyinza, F., Mutenyo, J., & Tibaingana, A. (2018). Factors affecting access to formal credit by micro and small enterprises in Uganda. *Athens Journal of Business & Economics*, 4(4), 405–424. doi:<https://doi.org/10.30958/ajbe.4-4-4>
- Cardoso. (2021). O movimento pendular da cooperação São Tomé e Príncipe China / Taiwan / China: história, escolhas e impactos. São Francisco do Conde, Brasil: UNILAB.
- Ceita, M. (2021). Poverty profile of São Tomé and Príncipe: Analysis of multidimensional poverty and social indicators. (N. I. (UNDP), Ed.)
- Central Bank of São Tomé and Príncipe. (2021). *National Financial Inclusion Strategy 2021–2025 (Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2021–2025)*. Central Bank of São Tomé and Príncipe, São Tomé and Príncipe. Obtido de <https://afi-global.org/publication/national-financial-inclusion-strategy-2021-2025-democratic-republic-of-sao-tome-principe>

- Chowdhury, M., & Alam, Z. (2017). Factors Affecting Access to Finance of Small and Medium Enterprises (SMEs) of Bangladesh. *USV Annals of Economics and Public Administration*, 17(2(26)), 55–68. doi:https://touro scholar.touro.edu/gsb_pubs/12
- De Blasio, G., De Mitri, S., D'Ignazio, A., Finaldi Russo, P., & Stoppani, L. (2018). Public guarantees to SME borrowing: A RDD evaluation. *Journal of Banking & Finance*, 96, 73–86. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2018.08.003>
- De Giorgi, G., & Rahman, A. (2013). SME's registration: Evidence from an RCT in Bangladesh. *Economics Letters*, 120, 573–578. doi:<https://doi.org/10.1016/j.econlet.2013.06.026>
- De la Torre, A., Martínez Pería, M., & Schmukler, S. (2008). *Bank involvement with SMEs: Beyond relationship lending*. World Bank, Washington, DC. doi:<http://econ.worldbank.org>
- Direção da Proteção Social, S. e. (2025). *Programa Família: Apoio às famílias vulneráveis*. Obtido de Governo de São Tomé e Príncipe: <https://dpssf.gov.st/index.php/programas/programa-familia>
- Distinguin, I., Rugemintwari, C., & Tacneng, R. (2016). Can informal firms hurt registered SMEs' access to credit? *World Development*, 84, 18–40. doi:<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.04.006>
- FinMark Trust. (2022). FinScope MSME Survey Zimbabwe 2022: Key findings. Obtido de https://finmark.org.za/Publications/FinScope_MSME_Survey_Zimbabwe2022_findings.pdf
- Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola; G. (2001). *Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PNAPAF): Relatório de avaliação final*. FIDA, São Tomé.
- Fundo Monetário Internacional. (2022). *São Tomé and Príncipe: Financial sector and economic outlook report*. FMI, Washington, DC.
- Garbero, A., Improta, M., & Gonçalves, S. (2019). *IFAD impact assessment: PAPAC and PAPAFA projects in São Tomé e Príncipe*. IFAD. doi:<https://doi.org/10.22004/ag.econ.288466>
- García-Pérez-de-Lema, D., Ruiz-Palomo, D., & Diéguez-Soto, J. (2021). Analysing the roles of CEO's financial literacy and financial constraints on Spanish SMEs technological innovation. *Technology in Society*, 64, 101519. doi:<https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2020.101519>
- Gómez-Ramírez, L. (2019). Credit constraints and investment in Mexico, an empirical test. *Revista Mexicana de Economía y Finanzas Nueva Época*, 14(3), 415–432. doi:<https://doi.org/10.21919/remef.v14i3.311>
- Governo de São Tomé e Príncipe. (2019). *Código do Trabalho (Lei n.º 6/2019, de 16 de novembro)*. Diário da República. Obtido de

https://bwcmplementation.org/sites/default/files/resource/ST_Labour%20Code_P T.pdf

- Graña-Alvarez, R., Gomez-Conde, J., González-Loureiro, M., & Lopez-Valeiras, E. (2024). Management control systems, business financial literacy and financial leverage in business-incubated start-ups. *The British Accounting Review*, 56, 101427. doi:<https://doi.org/10.1016/j.bar.2024.101427>
- Ichim, S.-M., & Vid, A. (2025). The critical role of financial literacy in enhancing firm success. *Borsa Istanbul Review*, 25, 156–166. doi:<https://doi.org/10.1016/j.bir.2025.10.014>
- Instituto Marquês de Valle Flôr; ACTUAR; ADAPPA (a. (2023). *Processos formativos em segurança alimentar e nutricional em São Tomé e Príncipe: Contributos para a elaboração de políticas públicas e informação aos produtores rurais*. São Tomé: IMVF. Obtido de <https://www.imvf.org>
- Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe. (2021). *IIº Recenseamento Empresarial 2020: Relatório final*. Instituto Nacional de Estatística, São Tomé. Obtido de https://www.ine.st/images/Imagens/RE/Relatorio%20%20RE2020_final_v06_Final_d ecinel_25-10-2021_revisadoFinal.pdf
- International Finance Corporation. (2013). *Closing the credit gap for formal and informal micro, small, and medium enterprises*. Washington, DC. doi:<https://www.ifc.org>
- International Finance Corporation. (2017). *MSME finance gap: Assessment of the shortfalls and opportunities in financing micro, small and medium enterprises in emerging markets*. World Bank Group, Washington, DC.
- International Finance Corporation. (2019). *MSME finance gap: Assessment of the shortfalls and opportunities in financing micro, small and medium enterprises in emerging markets. Updated report*.
- International Labour Organization. (2021). *World employment and social outlook 2021: The role of digital labour platforms in transforming the world of work*. ILO, Geneva. Obtido de https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/@publ/documents/publication/wcms_771749.pdf
- International Monetary Fund. (2021). *Financial access survey 2021: Trends and developments in financial inclusion*. doi:<https://www.imf.org/en/Publications/Financial-Access-Survey>
- International Monetary Fund. (2021). *São Tomé and Príncipe: Staff report for the 2021 Article IV consultation*. IMF. Obtido de <https://www.imf.org>

- International Monetary Fund. (2022). *São Tomé and Príncipe: 2022 Article IV Consultation and Second Review Under the Extended Credit Facility Arrangement*. International Monetary Fund, Washington, DC. Obtido de <https://www.imf.org>
- International Monetary Fund. (2023). São Tomé and Príncipe: Article IV consultation report. (IMF, Ed.)
- International Monetary Fund. (2025). *São Tomé and Príncipe: Article IV Consultation Report*. International Monetary Fund, Washington, DC. Obtido de <https://www.imf.org>
- Kanga, D., Soumare, I., & Tchakoute Tchuigoua, H. (2024). Financial sector development and microcredit to small firms. *Journal of International Financial Markets, Institutions & Money*, 96, 102063. Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.intfin.2024.102063>
- Kaousar Nassr, L., & Wehinger, G. (2015). Opportunities and constraints of market-based financing for SMEs: Report to G20 Finance Ministers and Central Bank Governors. *Organisation for Economic Co-operation and Development*, 2014, 89-190.
- La Porta, R., & Shleifer, A. (2014). Informality and development. *Journal of Economic Perspective*, 28(3), 109–126. doi:<https://doi.org/10.1257/jep.28.3.109>
- Lagazio, C., Persico, L., & Querci, F. (2021). Public guarantees to SME lending: Do broader eligibility criteria pay off? *Journal of Banking & Finance*, 133, 106287. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2021.106287>
- Lusardi, A., & Mitchell, O. (2013). *The economic importance of financial literacy: Theory and evidence*. National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA. doi:<https://www.nber.org/papers/w18952>
- Malhotra, M., Chen, Y., Criscuolo, A., Fan, Q., Hamel, I., & Savchenko, Y. (2007). *Expanding access to finance: Good practices and policies for micro, small, and medium enterprises*. Washington, DC: World Bank.
- Ministério do Plano, Finanças e Economia Azul. (2019). *Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2020–2024*. Governo de São Tomé e Príncipe.
- MK, M., Almuraqab, N., Moonesar, I., Braendle, U., & Rao, A. (2024). How critical is SME financial literacy and digital financial access for financial and economic development in the expanded BRICS block? *Frontiers in Big Data*, 7, 1448571. Obtido de <https://doi.org/10.3389/fdata.2024.1448571>
- Motta, V., & Sharma, A. (2020). Lending technologies and access to finance for SMEs in the hospitality industry. *International Journal of Hospitality Management*, 86, 102371. Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.ijhm.2019.102371>

- Muravyev, A., Schäfer, D., & Talavera, O. (2007). *Entrepreneurs' gender and financial constraints: Evidence from international data*. Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung (DIW), Berlin.
- Muravyev, Alexander, Schäfer, Dorothea, Talavera, & Oleksandr. (2007). *Entrepreneurs' gender and financial constraints: evidence from international data*. Deutsches Institut für Wirtschaftsforschung (DIW). Berlin: DIW Discussion Papers, No. 706.
- Nações Unidas. (2023). *Common country analysis: São Tomé and Príncipe*. United Nations. Obtido de https://saotomeeprincipe.un.org/sites/default/files/2023-02/CCA%20STP_%20FINAL%20OK_0.pdf
- Nassr, I., & Wehinger, G. (2015). Unlocking SME finance through market-based debt: Securitisation, private placements and bonds. *OECD Journal: Financial Market Trends*, 2014(2), 89–190. Obtido de <https://doi.org/10.1787/fmt-2014-5js3bg1g53ln>
- OECD. (2015). *New Approaches to SME and Entrepreneurship Financing: Broadening the Range of Instruments*. Paris: OECD Publishing. doi:<http://dx.doi.org/10.1787/9789264240957-en>
- Ogubazghi, S., & Muturi, W. (2014). The effect of age and educational level of owner/managers on SMMEs' access to bank loan in Eritrea: Evidence from Asmara City. *American Journal of Industrial and Business Management*, 4, 632–643. doi:<https://doi.org/10.4236/ajibm.2014.411069>
- Onjewu, A.-K., Nguyen, H., Olan, F., Nyuur, R.-b.-i., & Paul, S. (2023). The effect of government support on bureaucracy, COVID-19 resilience and export intensity: Evidence from North Africa. *Journal of Business Research*, 156, 113468. Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2022.113468>
- Osei-Tutu, F., Opoku, J., Taylor, D., & Cudjoe, E. (2026). License to give up? Informal competition and registered SMEs' discouragement. *Journal of International Financial Markets, Institutions & Money*, 107, 102288. doi:<https://doi.org/10.1016/j.intfin.2026.102288>
- Pobee, F., Jibril, A., & Owusu-Oware, E. (2023). Does taxation of digital financial services adversely affect the financial inclusion agenda? Lessons from a developing country. *Digital Business*, 3, 100066. doi:<https://doi.org/10.1016/j.digbus.2023.100066>
- Putra, A. (2024). Harnessing community potential: Financial inclusion strategies for SME empowerment. *Golden Ratio of Community Services and Dedication*, 4(1), 24–36.

- Quartey, P., Turkson, E., Abor, J., & Iddrisu, A. (2017). Financing the growth of SMEs in Africa: What are the constraints to SME financing within ECOWAS? *Review of Development Finance*, 7(1), 18–28. Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.rdf.2017.03.001>
- Rádio Somos Todos Primos. (14 de Março de 2022). *Governo aposta no empreendedorismo para "mudar a vida dos jovens" e desenvolver país*. Obtido de <https://rstp.st/>
- República da Guiné-Bissau, Ministério das Finanças. (2023). *Estratégia Nacional de Inclusão Financeira 2023-2027: Volume 2 — Estratégia e Plano de Ação*. Governo da Guiné-Bissau.
- RTP África. (7 de junho de 2024). *São Tomé e Príncipe – Empreendedorismo pode ser uma saída para os problemas do desemprego no país*. Obtido de RTP África: <https://rtpafrica.rtp.pt/noticias/sao-tome-e-principe-empreendedorismo-pode-ser-uma-saida-para-os-problemas-do-desemprego-no-pais/>
- Sanga, B., & Aziakpono, M. (2023). FinTech and SMEs financing: A systematic literature review and bibliometric analysis. *Digital Business*, 3, 100067. Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.digbus.2023.100067>
- São Tomé e Príncipe, I. N. (2021). *Relatório do Recenseamento Geral da População e Habitação 2020*. INE-STP. Obtido de https://www.ine.st/images/Imagens/RE/Relatorio%20%20RE2020_final_v06_Final_d ecinel_25-10-2021_revisadoFinal.pdf
- Soares, J. (4 de fevereiro de 2021). *Direção do Empreendedorismo divulga resultados do concurso turismo 2.0 do programa Empreender Jovem*.
- Stiglitz, J., & Weiss, A. (1981). Credit rationing in markets with imperfect information. *American Economic Review*, 71(3), 393–410. doi:<http://links.jstor.org/sici?sici=0002-8282%28198106%2971%3A3%3C393%3ACRIMWI%3E2.0.CO%3B2-0>
- Téla Nón. (23 de maio de 2025). *Governo quer transformar famílias vulneráveis em pequenos empreendedores*. Obtido de Téla Nón: <https://www.telanon.info/sociedade/2025/05/23/48632/governo-quer-transformar-familias-vulneraveis-em-pequenos-empreendedores/>
- United Nations Conference on Trade and Development. (2022). *Economic development in Africa report 2022: Financing African economies*. UNCTAD, Geneva. Obtido de <https://unctad.org/webflyer/economic-development-africa-report-2022>
- United Nations Development Programme. (2024). *Multidimensional Poverty Index 2024: São Tomé and Príncipe country profile*. UNDP. Obtido de <https://hdr.undp.org>

- Uthaileang, W., & Kiattisin, S. (2023). Developing the capability of digital financial literacy in developing countries: A case of online loan for small entrepreneurs. *Heliyon*, 9, 21961. Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2023.e21961>
- Wang, H., Xiang, X., & Han, L. (2023). Financial development, legal systems and SME finance: Cross-country evidence. *International Review of Economics & Finance*, 88, 981–1002. doi:<https://doi.org/10.1016/j.iref.2023.07.021>
- Wellalage, N., & Locke, S. (2017). Access to credit by SMEs in South Asia: Do women entrepreneurs face discrimination? *Research in International Business and Finance*, 336-346. Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.ribaf.2017.04.053>
- Wellalage, N., & Thrikawala, S. (2021). Bank credit, microfinance and female ownership: Are women more disadvantaged than men? *Finance Research Letters*, 42. Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.frl.2021.101929>
- World Bank. (2017). *Improving access to finance for SMEs*. World Bank Group, Washington, DC. Obtido de <https://openknowledge.worldbank.org/items/50dccfb5-81ec-4d9e-a1d9-3b9c266ab2f2>
- World Bank. (2020). *Doing Business 2020: Comparing business regulation in 190 economies*. Washington, DC: World Bank. doi:<https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1440-2>
- World Bank. (2020). *Small and medium enterprises (SMEs) finance: Improving access and fostering growth*. World Bank, Washington, DC. doi:<https://www.worldbank.org/en/topic/sme/finance>
- World Bank Group. (2018). *Improving access to finance for SMEs: Opportunities through credit reporting, secured lending, and insolvency practices*. World Bank. Obtido de <https://documents1.worldbank.org/curated/en/316871533711048308/pdf/129283-WP-PUBLIC-improving-access-to-finance-for-SMEs.pdf>
- World Bank Group. (2021). *São Tomé and Príncipe systematic country diagnostic: Prosperity for all Saotomeans – Priorities to end poverty, promote growth and build resilience in São Tomé and Príncipe*. World Bank. Obtido de <https://documents.worldbank.org>
- World Bank Group. (2021). *São Tomé and Príncipe: Systematic country diagnostic – Prosperity for all Saotomeans*. World Bank, Washington, DC. Obtido de <https://documents1.worldbank.org/curated/en/337541636634318974/pdf/Sao-Tome-and-Principe-Systematic-Country-Diagnostic.pdf>
- Xu, L., & Zia, B. (2012). *Financial literacy around the world: An overview of the evidence with practical suggestions for the way forward*. World Bank, Development Research Group,

Finance and Private Sector Development Team, Washington, DC.
doi:<https://econ.worldbank.org>

Zhang, D., Wellalage, N., & Fernandez, V. (2022). Environmental assurance, gender, and access to finance: Evidence from SMEs. *International Review of Financial Analysis*, 83, 102326.
Obtido de <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2022.102326>

ANEXOS

1. CARTA DIRIGIDA A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (BANCOS E MICROCRÉDITO)

Nome Completo _____

Endereço _____

Telefone | Email _____

Data _____

A/C: [Nome do Responsável

Diretor/a ou Responsável pelo Departamento de Crédito

Nome da Instituição Financeira _____

Endereço _____

Assunto: Pedido de autorização para realização de entrevista no âmbito de investigação académica

Exmo./a Senhor/a,

No âmbito da minha dissertação de mestrado em Gestão pela **Universidade de Évora**, sob orientação da Professora Doutora Cesaltina Pires, venho solicitar autorização para a realização de uma entrevista com um representante da vossa instituição.

O estudo intitula-se “**Fatores que dificultam o acesso ao financiamento pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) em São Tomé e Príncipe**” e tem como objetivo compreender os desafios enfrentados por estes agentes económicos, bem como a perceção das instituições financeiras quanto às barreiras de acesso ao crédito.

Dado o papel central da vossa instituição no sistema financeiro nacional, o vosso contributo é essencial para enriquecer a análise. A entrevista, com duração aproximada de 30 a 45 minutos, será realizada entre setembro e novembro de 2024, em data e hora a combinar, com garantia de **anonimato e confidencialidade** de todas as informações prestadas.

Agradecendo antecipadamente a atenção dispensada, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

Com os melhores cumprimentos,

Assinatura

Válter de Ceita Capela
Estudante de Mestrado em Gestão
Universidade de Évora

2. CARTA DIRIGIDA A MPMEs

Nome Completo _____

Endereço _____

Telefone | Email _____

Data _____

A/C: [Nome do/a Gerente ou Proprietário/a] _____

Nome da Empresa _____

Endereço _____

Assunto: Solicitação de entrevista para fins académicos

Exmo./a Senhor/a,

Na qualidade de estudante do Mestrado em Gestão da **Universidade de Évora**, venho respeitosamente solicitar a vossa colaboração para a realização de uma entrevista no âmbito da minha dissertação intitulada “**Fatores que dificultam o acesso ao financiamento pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) em São Tomé e Príncipe**”.

Esta investigação visa compreender, do ponto de vista dos próprios gestores, quais os obstáculos mais significativos ao financiamento empresarial, bem como identificar estratégias que possam contribuir para a melhoria do ambiente de negócios no país.

A entrevista terá duração de 30 a 45 minutos e será realizada em data e local a combinar, dentro do período entre setembro e novembro de 2024. Todos os dados recolhidos serão tratados com **sigilo absoluto** e utilizados exclusivamente para fins académicos.

Agradecendo desde já a vossa disponibilidade e atenção, subscrevo-me com elevada consideração.

Com os melhores cumprimentos,

Assinatura

Válter de Ceita Capela
Estudante de Mestrado em Gestão
Universidade de Évora

3. CARTA DIRIGIDA A INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS

[Nome Completo]

Endereço_____

Telefone | Email_____

Data_____

A/C: [Nome do Responsável]_____

Cargo_____

Nome da Instituição Pública_____

Endereço_____

Assunto: Pedido de autorização para entrevista no âmbito de dissertação de mestrado

Exmo./a Senhor/a [Cargo],

Tenho a honra de me dirigir a V. Ex.^a para solicitar a vossa autorização para a realização de uma entrevista com um técnico ou dirigente da vossa instituição, no âmbito da minha dissertação de mestrado em Gestão pela **Universidade de Évora**.

A investigação, orientada pela Professora Doutora Cesaltina Pires, intitula-se “**Fatores que dificultam o acesso ao financiamento pelas MPMEs em São Tomé e Príncipe**” e tem como finalidade analisar os principais entraves à inclusão financeira empresarial, bem como a eficácia das políticas públicas de apoio ao setor.

A vossa instituição, pela sua intervenção direta na formulação e/ou execução de políticas para o setor empresarial, representa uma fonte imprescindível de informação para esta análise. A entrevista será confidencial, com duração estimada de 30 a 45 minutos, e pode ser realizada entre setembro e novembro de 2024, em data da vossa conveniência.

Agradeço desde já a atenção e disponibilidade para contribuir com este trabalho académico, que pretende igualmente oferecer sugestões práticas para o fortalecimento do setor.

Com elevada consideração,

Assinatura

Válter de Ceita Capela
Estudante de Mestrado em Gestão
Universidade de Évora

1. ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS (QUALITATIVO)

PÚBLICO-ALVO:

- Gestores/proprietários de MPMEs
- Técnicos de instituições públicas
- Representantes de instituições financeiras

Objetivo:

Compreender percepções, desafios e práticas relacionados ao acesso ao financiamento pelas MPMEs em São Tomé e Príncipe.

❖ Dados de identificação (a serem preenchidos pelo entrevistador)

- Código do entrevistado: _____
- Cargo/Função: _____
- Setor de atividade: _____
- Entidade/Organização: _____
- Data da entrevista: _____

❖ Bloco A – Caracterização do Entrevistado / Organização

1. Pode descrever brevemente a sua função e experiência na área em que atua?
2. Qual o papel da sua organização no apoio ou relacionamento com MPMEs?

❖ Bloco B – Acesso ao Financiamento

3. Na sua perspetiva, quais são os principais desafios que as MPMEs enfrentam para aceder ao financiamento formal?
4. Como avalia a relação entre as MPMEs e as instituições financeiras no país?
5. Que tipos de garantias são geralmente exigidas e quais os entraves que elas representam?
6. Considera que os critérios utilizados pelas instituições financeiras são adequados ao contexto das MPMEs locais?

❖ Bloco C – Informalidade e Literacia Financeira

7. Em que medida a informalidade das empresas interfere no acesso ao crédito?
8. Como avalia o nível de literacia financeira dos gestores de MPMEs?
9. Existem iniciativas de capacitação financeira? São eficazes?

❖ **Bloco D – Políticas Públicas e Soluções**

10. Como avalia a eficácia das políticas públicas de apoio às MPMEs?
11. Que tipos de instrumentos ou políticas poderiam ser implementados ou melhorados?
12. Que boas práticas ou exemplos de sucesso conhece que poderiam ser replicados em São Tomé e Príncipe?

❖ **Encerramento**

13. Deseja acrescentar mais alguma informação que considere relevante sobre o tema?

2. QUESTIONÁRIO (QUANTITATIVO)

Público-alvo:

Gestores ou proprietários de MPMEs formais e informais em São Tomé e Príncipe.

Objetivo:

Recolher dados quantitativos sobre o perfil das empresas, acesso a crédito, informalidade e literacia financeira.

Formato:

Autopreenchimento (online ou impresso)

❖ **Parte A – Perfil da Empresa**

1. Setor de atividade:
 - ☐ Comércio
 - ☐ Indústria
 - ☐ Serviços
 - ☐ Agricultura/Pescas
 - ☐ Outro: _____
2. Número de funcionários:
 - ☐ 1-5
 - ☐ 6-10
 - ☐ 11-20
 - ☐ Mais de 20
3. Tempo de funcionamento da empresa:
 - ☐ Menos de 1 ano
 - ☐ 1-3 anos
 - ☐ 4-7 anos
 - ☐ Mais de 7 anos
4. Situação jurídica da empresa:
 - ☐ Formalizada
 - ☐ Informal

❖ **Parte B – Acesso ao Financiamento**

5. A sua empresa já solicitou algum tipo de financiamento bancário?
 - ☐ Sim
 - ☐ Não
6. Se sim, qual foi o resultado?
 - ☐ Aprovado
 - ☐ Rejeitado
 - ☐ Ainda em análise

7. Que tipo de garantias foram exigidas?
- ☐ Garantias reais (imóveis, veículos)
 - ☐ Fiadores
 - ☐ Nenhuma
 - ☐ Não sei
8. Em sua opinião, qual o principal obstáculo ao acesso ao crédito?
- ☐ Falta de garantias
 - ☐ Falta de informação
 - ☐ Taxas de juro elevadas
 - ☐ Burocracia
 - ☐ Outro: _____

❖ **Parte C – Literacia Financeira**

9. Você já participou de algum curso/formação sobre gestão financeira ou crédito?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
10. Sente-se preparado para lidar com processos de financiamento empresarial?
- ☐ Sim
 - ☐ Parcialmente
 - ☐ Não

❖ **Parte D – Políticas Públicas**

11. A sua empresa já beneficiou de algum programa público de apoio financeiro?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Não sabe
12. Avalia esses programas como:
- ☐ Muito eficazes
 - ☐ Eficazes
 - ☐ Pouco eficazes
 - ☐ Ineficazes
 - ☐ Não aplicável

❖ **Parte E – Sugestões**

13. O que poderia ser feito para melhorar o acesso ao financiamento pelas MPMEs no país?

(Resposta aberta)